



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, julho/2007

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 6, junho 2007. 41 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em junho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,3 bilhões, contra R\$ 4,7 bilhões obtidos em maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,4 bilhões e R\$ 68,5 milhões respectivamente. O desempenho do Governo Central em junho está associado especialmente à elevação do resultado do Tesouro Nacional e à manutenção do déficit do RGPS em nível semelhante ao do mês passado. De um lado, houve relativa estabilidade no volume de dispêndios – os quais somaram R\$ 34,4 bilhões ante R\$ 34,1 bilhões em maio – e, de outro, elevação na receita, consequência da conjugação do aumento na arrecadação de impostos com a redução no recolhimento das demais receitas. Destaque para as restituições, que passam de R\$ 342,7 milhões, no mês anterior, para R\$ 1,2 bilhão em junho.

*O resultado primário do Governo Central no primeiro semestre de 2007 atingiu R\$ 43,8 bilhões, R\$ 5,2 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior e em linha com a meta estabelecida no Decreto nº 6.076/2007.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAI 2007	JUN 2007	JAN-JUN 2006	JAN-JUN 2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>48.230,8</b>	<b>49.423,3</b>	<b>261.189,9</b>	<b>295.533,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>37.290,6</b>	<b>38.395,4</b>	<b>205.245,6</b>	<b>232.080,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	37.633,3	39.625,9	208.923,5	235.585,4
I.1.2. (-) Restituições	-342,7	-1.230,6	-3.678,0	-3.504,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>10.837,5</b>	<b>10.928,8</b>	<b>55.225,9</b>	<b>62.836,4</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>102,7</b>	<b>99,1</b>	<b>718,3</b>	<b>616,0</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>9.423,7</b>	<b>9.678,0</b>	<b>45.727,0</b>	<b>52.347,2</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>38.807,1</b>	<b>39.745,3</b>	<b>215.462,9</b>	<b>243.185,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>34.117,4</b>	<b>34.447,0</b>	<b>176.864,9</b>	<b>199.400,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>19.788,7</b>	<b>19.964,2</b>	<b>101.854,1</b>	<b>114.862,8</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.497,1	9.030,9	48.543,3	54.744,1
IV.1.2. Custeio e Capital	11.237,7	10.922,0	53.013,4	59.892,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.205,7	1.407,9	5.702,4	6.543,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	761,2	726,6	3.967,2	3.094,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.149,8	1.152,7	5.459,3	6.508,4
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.120,9	7.634,9	37.884,5	43.746,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,9	11,3	297,4	226,5
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>14.187,3</b>	<b>14.315,3</b>	<b>74.201,2</b>	<b>83.620,2</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>141,4</b>	<b>167,6</b>	<b>809,6</b>	<b>917,8</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>4.689,7</b>	<b>5.298,3</b>	<b>38.597,9</b>	<b>43.785,1</b>
V.1. Tesouro Nacional	8.078,2	8.753,2	57.664,5	64.870,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.349,8	-3.386,4	-18.975,3	-20.783,9
V.3. Banco Central (4)	-38,7	-68,5	-91,3	-301,8
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,49%</b>	<b>3,60%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2007/2006**

DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>13,15%</b>
Tesouro	13,07%
Previdência	13,78%
<b>Transferências</b>	<b>14,48%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12,87%</b>
<b>Despesas</b>	<b>12,74%</b>
Benefícios	12,69%
Pessoal	12,77%
Custeio e Capital	12,98%
<b>PIB estimado</b>	<b>9,83%</b>

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	5,21%	5,34%
Previdência Social	-1,72%	-1,71%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>3,49%</b>	<b>3,60%</b>

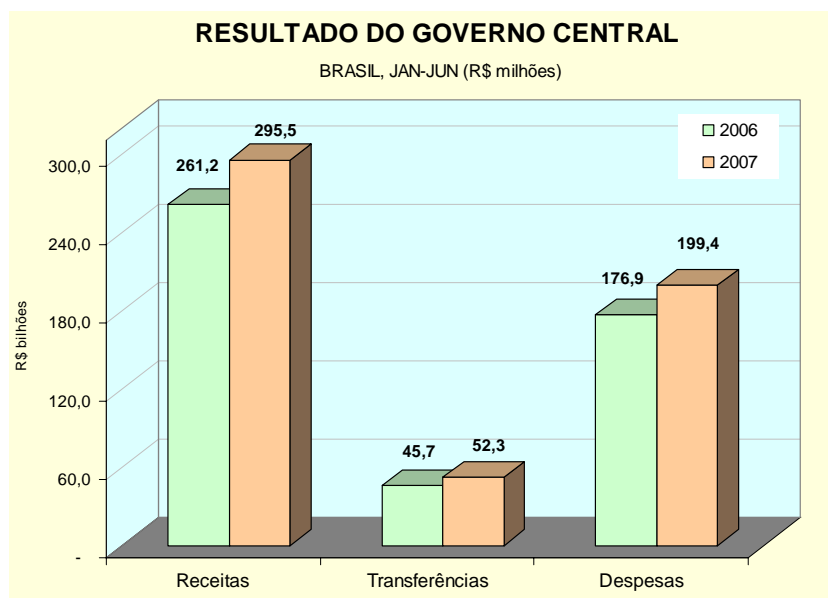
No ano, o resultado do Governo Central é 13,4% superior ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 43,8 bilhões contra R\$ 38,6 bilhões), a despeito das

*A arrecadação do Governo Central cresceu 13,1% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.*

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,61%	24,33%
Transferências	4,13%	4,31%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,48%</b>	<b>20,02%</b>
Despesa Total	15,99%	16,41%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,49%</b>	<b>3,60%</b>

medidas de desoneração tributária com reflexos no exercício corrente (lei geral das micro e pequenas empresas, correção da tabela do IRPF, prorrogação da depreciação acelerada e desoneração das edificações/infraestrutura). As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, PGFN e INSS adotado em 2006 (MP nº 303/2006). De fato, a receita total do Governo Central este ano cresceu 13,1%, ao passo que a expectativa de variação nominal do PIB nos seis primeiros meses do ano, contra igual período de 2006, é de 9,8%. Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal, com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (21,2%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; ii) IRPF (35,9%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iii) IRPJ (17,3%) e CSLL (16,0%), devido à maior recuperação de débitos em atraso (depósitos administrativos e judiciais) e ao maior volume de pagamentos relativos à declaração de ajuste, especialmente por parte das instituições financeiras. Por fim, as demais receitas cresceram 10,2% no ano, em grande medida devido ao maior recolhimento das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 9,8 bilhões em 2007, contra R\$ 7,8 bilhões no ano anterior), com destaque para a primeira parcela do ônus referente à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

*As despesas do Governo Central apresentaram elevação de 12,7%, com tendência de crescimento em todos os subgrupos. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 12,8% e os benefícios previdenciários, 12,7%. Destaque para as despesas vinculadas ao salário mínimo, como LOAS/RMV (19,2%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (16,0%).*

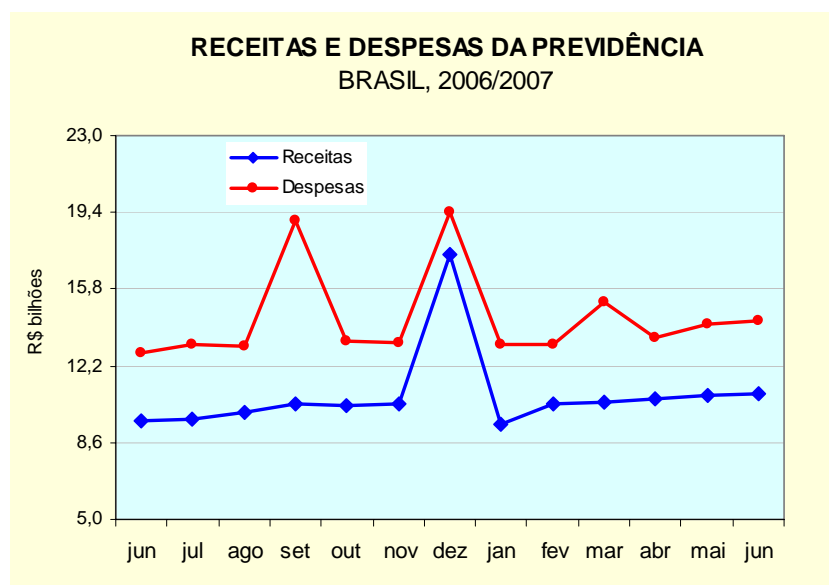


As transferências a estados e municípios cresceram 14,5% (R\$ 6,6 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 2,3 bilhões a título de auxílio financeiro aos estados e municípios, contra R\$ 1,4 bilhão no primeiro

semestre de 2006. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 13,9% (R\$ 5,0 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,8%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,8% (R\$ 13,0 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. Houve elevação em todos os subgrupos, com destaque para as despesas vinculadas ao salário mínimo, tais como LOAS/RMV (19,2%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (16,0%). Por outro lado, as despesas com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos estão R\$ 873,3 milhões inferiores, em função da capitalização da Emgea em 2006, sem correspondência este ano. O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais no primeiro semestre do ano foi de 12,8% (R\$ 6,2 bilhões superior ao gasto em igual período de 2006).

*Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) do Tesouro Nacional apresentaram elevação nominal de 19,2%, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,5 bilhões.*



*O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 20,8 bilhões até junho de 2007, R\$ 1,8 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior. Como proporção do PIB, o déficit permanece praticamente constante.*

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,8 bilhão e deveu-se às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 816,2 milhões (30,4%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006 e ao impacto, em maio deste ano, dos efeitos do aumento do salário mínimo e da correção dos demais benefícios com valores acima do piso. O crescimento das despesas com benefícios previdenciários atingiu 12,7%, passando de R\$ 74,2 bilhões para R\$ 83,6 bilhões. O expressivo aumento de 13,8% na arrecadação foi insuficiente para reduzir o déficit do regime geral de previdência social, em termos nominais. Como proporção do PIB, o déficit permaneceu praticamente constante (1,71%) em 2007, contra 1,72% em 2006.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,17%
Benefícios	6,71%	6,88%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,72%</b>	<b>-1,71%</b>

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/07	JUN/07
<b>Impostos</b>	<b>15.559,1</b>	<b>18.958,1</b>
Imposto de Renda	11.476,0	14.576,6
IPI	2.468,9	2.801,9
Outros	1.614,2	1.579,6
<b>Contribuições</b>	<b>16.522,9</b>	<b>17.597,0</b>
Cofins	8.083,2	8.518,5
CPMF	2.772,2	3.091,7
CSLL	2.121,9	2.302,3
Cide - Combustíveis	644,1	694,9
Outras	2.901,5	2.989,5
<b>Demais</b>	<b>5.551,3</b>	<b>3.070,9</b>
Cota parte	801,2	788,5
Diretamente Arrecadada	1.219,2	1.187,4
Dividendos da União	1.068,9	137,3
Outras	2.462,0	957,6
<b>Total Bruto</b>	<b>37.633,3</b>	<b>39.625,9</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 39,6 bilhões em junho, contra R\$ 37,6 bilhões no mês anterior (elevação de 5,3%). Tal crescimento deveu-se à elevação de R\$ 4,5 bilhões em impostos e contribuições sociais, em parte compensada pela redução de R\$ 2,5 bilhões nas demais receitas do Tesouro Nacional.

No que se refere aos impostos e contribuições sociais, foram arrecadados R\$ 36,6 bilhões no mês, 14,0% a mais que o observado em maio (R\$ 32,1 bilhões). Destaca-se o recolhimento semestral do IRRF - Rendimentos de Capital que fez com que a arrecadação desse item saltasse de R\$ 1,1 bilhão, em maio, para R\$ 4,6 bilhões em junho (elevação de 306,7%). As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 3,1 bilhões, R\$ 2,5 bilhões (44,7%) menor em relação ao mês anterior. Contribuíram para esse comportamento: i) a redução de R\$ 931,6 milhões (87,2%) na receita de dividendos; ii) a diminuição de R\$ 891,4 milhões (72,8%) nas outras receitas, decorrente do recolhimento atípico de depósitos judiciais ocorrido em maio, sem contrapartida em junho; e iii) a redução de R\$ 694,6 milhões na receita de concessões, também em decorrência de recolhimento atípico no mês anterior, referente à primeira parcela do ônus referente à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Impostos</b>	<b>7,98%</b>	<b>8,38%</b>
Imposto de Renda	6,10%	6,38%
IPI	1,17%	1,24%
Outros	0,71%	0,76%
<b>Contribuições</b>	<b>8,42%</b>	<b>8,51%</b>
Cofins	3,95%	3,95%
CPMF	1,36%	1,43%
CSLL	1,29%	1,36%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,32%
Outras	1,47%	1,45%
<b>Demais</b>	<b>2,49%</b>	<b>2,50%</b>
Cota parte	0,78%	0,66%
Diretamente Arrecadada	0,70%	0,80%
Dividendos da União	0,58%	0,43%
Outras	0,43%	0,60%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,89%</b>	<b>19,39%</b>

Nos primeiros seis meses de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,39% do PIB, dos quais 8,38% correspondem à arrecadação de impostos, 8,51% de contribuições e 2,50% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 26,7 bilhões (12,8%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 208,9 bilhões para R\$ 235,6 bilhões. O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 5,1 bilhões (17,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,3 bilhões (16,0%) na arrecadação de CSLL, em função da maior arrecadação relativa à Declaração de Ajuste nos meses de janeiro a março, do maior volume de depósitos administrativos e judiciais e da retomada do recolhimento regular por parte de empresas do setor financeiro;
- elevação de R\$ 3,1 bilhões (9,4%) no IRRF, devido ao crescimento de 15,7% no IRRF rendimentos do trabalho, 9,0% no IRRF remessas ao exterior e 19,1% no IRRF outros rendimentos. Contribuíram para esse desempenho o crescimento da massa salarial, o maior volume de remessas com juros

e comissões em geral, a elevação na remuneração de serviços prestados por pessoas jurídicas e o recolhimento sobre prêmios obtidos em concursos e sorteios;

- c) crescimento de R\$ 2,1 bilhões (16,4%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens IPI - Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - Outros, decorrente do crescimento dos setores de metalurgia e fabricação de produtos químicos; e IPI - Vinculado, decorrente da elevação de 26,93% no valor em dólar das importações tributadas, do crescimento de 11,51% na alíquota média do imposto e da redução de 6,73% na taxa média de câmbio;
- d) acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (35,9%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens (explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias – DOI e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias – Dimob). Também contribuíram para o resultado observado operações concentradas de venda de ativos de alto valor que ocorreram em maio de 2007; e
- e) elevação de R\$ 969,1 milhões (21,2%) na arrecadação do imposto de importação, explicada pela seguinte conjugação de fatores: i) elevação de 26,93% no valor em dólar das importações tributadas; ii) aumento de 3,93% na alíquota média efetiva do imposto de importação; e iii) redução de 6,73% na taxa média de câmbio.

As demais receitas, por sua vez, somaram R\$ 30,4 bilhões até junho de 2007, contra R\$ 27,5 bilhões em idêntico período de 2006, apresentando aumento de 10,2%. Esse resultado é explicado, principalmente, pela elevação de R\$ 1,8 bilhão (136,5%) nas outras receitas, em função de arrecadação atípica de depósitos judiciais no mês de maio de 2007; pelo acréscimo de R\$ 295,0 milhões na receita de concessões (38,2%) em decorrência do recolhimento, em maio de 2007, da primeira parcela do ônus referente à renovação dos contratos de concessão para prestação do STFC; e pelo acréscimo de R\$ 2,0 bilhões (26,1%) na receita diretamente arrecadada. Dentro desse último item destacam-se: i) os recursos obtidos com as taxas que compõem o Fistel, totalizando R\$ 1,6 bilhão em 2007 contra R\$ 1,5 bilhão em 2006; ii) os recursos provenientes da participação sobre o recolhimento do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículo Automotores de via terrestre (DPVAT), que em 2007 somaram R\$ 1,1 bilhões contra R\$ 843,5 milhões em igual período de 2006; e iii) a arrecadação das empresas concessionárias de energia elétrica destinada ao MME a título de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico que totalizou R\$ 386,3 milhões até

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	1.164,5	957,8
CEF	1.100,2	342,3
BNDDES	1.200,3	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	91,9	-
IRB	130,1	15,8
Serpro	-	29,4
BASA	126,8	109,3
FND	-	32,2
BNB	28,9	78,1
Demais	190,2	61,0
<b>Total</b>	<b>6.373,6</b>	<b>5.261,8</b>



junho de 2007 contra R\$ 98,1 milhões em igual período de 2006. Apesar de esta contribuição ter sido criada pela Lei nº 9.991/2000, ela só foi regulamentada com a Resolução Normativa Aneel nº 233/2006, a qual estabeleceu os critérios para seu cálculo, aplicação e recolhimento. Para o pagamento dos saldos devedores existentes até 31 de dezembro de 2006, foi estabelecida a data-limite de 1º de março de 2007, o que justifica a arrecadação atípica verificada no período.

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/07	JUN/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	7.285,6	7.453,1
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	216,7	1.082,6
Demais	1.921,4	1.142,3
<b>Total</b>	<b>9.423,7</b>	<b>9.678,0</b>

Em junho, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 9,7 bilhões, contra R\$ 9,4 bilhões em maio, correspondendo a acréscimo de 2,7%. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) incremento de R\$ 167,5 milhões nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação de IR e do IPI no terceiro decêndio de maio e primeiro e segundo de junho, base de cálculo do repasse; e b) aumento de R\$ 865,9 milhões nos repasses referentes ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002). Tais repasses totalizaram R\$ 1,1 bilhão em junho, sendo R\$ 108,3 milhões previstos pela MP nº 368/2007 e R\$ 975,0 milhões previstos pela MP nº 376/2007.

Em contrapartida, as demais transferências tiveram redução de R\$ 779,2 milhões explicada quase que integralmente pela sazonalidade do repasse de recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. No mês, esses repasses foram de R\$ 594,3 milhões, contra R\$ 1,4 bilhão em maio.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	MAI/07	JUN/07
Terceiro Decêndio	10.097,1	7.551,6
Primeiro Decêndio	3.770,6	6.327,0
Segundo Decêndio	2.149,6	2.540,2
<b>Total</b>	<b>16.017,2</b>	<b>16.418,8</b>

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 6,6 bilhões (14,5%), elevando-se de R\$ 45,7 bilhões em 2006 para R\$ 52,3 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,31% pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (4,13% do PIB).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	35.801,0	40.775,9
CIDE - Combustíveis	861,5	913,5
Lei Complementar nº 115/2002	1.422,2	2.278,2
Demais	7.642,3	8.379,6
<b>Total</b>	<b>45.727,0</b>	<b>52.347,2</b>

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 5,0 bilhões (13,9%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. As transferências relativas à prestação de auxílio financeiro com o objetivo de fomentar as exportações totalizaram R\$ 2,3 bilhões em 2007 contra R\$ 1,4 bilhão em igual período de 2006, aumento de 60,2% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/07) que foi realizado em março; ii) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 368/2007, a serem repassados em oito parcelas, das quais as três primeiras (totalizando R\$ 325,0 milhões) foram transferidas até o mês de junho;



e iii) R\$ 975,0 milhões (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para repasse até dezembro de 2007) que foram transferidos em junho. As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 737,3 milhões (9,6%), explicado pela elevação de R\$ 311,4 milhões nas transferências com salário-educação e de R\$ 671,8 milhões nas transferências com o Fundeb. Em sentido contrário, o repasse de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás apresentou queda de R\$ 250,9 milhões em decorrência da redução do preço internacional do petróleo e da apreciação cambial.

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,0 bilhões, apresentando aumento de R\$ 175,4 milhões (0,9%) relativamente a maio. De um lado, as despesas de pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 533,7 milhões (6,3%) e, de outro, as despesas de custeio e capital registraram decréscimo de R\$ 315,6 milhões (2,8%).

As despesas de pessoal e encargos sociais cresceram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU. Quanto às despesas de custeio e capital, não obstante a queda verificada no mês, os dispêndios relativos ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT apresentaram aumento de R\$ 202,2 milhões (16,8%), sendo R\$ 181,5 milhões devido ao pagamento do abono PIS/Pasep referente ao encerramento do exercício 2006/2007.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas registraram queda de 4,6% (R\$ 34,7 milhões), principalmente em função do desembolso com as subvenções aos Fundos Regionais, cujas despesas foram 54,9% (R\$ 174,2 milhões) inferiores às do mês anterior. Por outro lado, houve aumento de 31,4% (R\$ 139,5 milhões) nos gastos com as Operações Oficiais de Crédito, destacando-se os seguintes programas: i) Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 29,1 milhões (37,7%), ii) Programa Aquisições do Governo Federal (AGF), R\$ 51,0 milhões (107,0%), iii) Fundo da Terra/Incrá, R\$ 53,9 milhões (153,6%) e iv) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), R\$ 66,9 milhões.

No âmbito das demais despesas de custeio e capital, houve redução de R\$ 486,1 milhões (6,0%) em relação ao mês anterior. Destaque para a queda de R\$ 99,8 milhões (33,8%) nas despesas com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) e R\$ 94,7 milhões (26,9%) nos dispêndios oriundos de créditos extraordinários. As despesas discricionárias caíram R\$ 160,9 milhões (2,3%) relativamente a maio, principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Social

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,24%	3,36%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,08%
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,13%	0,19%
Demais	0,69%	0,69%
<b>Total</b>	<b>4,13%</b>	<b>4,31%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/07	JUN/07
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>8.497,1</b>	<b>9.030,9</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>11.237,7</b>	<b>10.922,0</b>
Despesas do FAT	1.205,7	1.407,9
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	761,2	726,6
LOAS/RMV	1149,8	1152,7
Outras	8.120,9	7.634,9
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>53,9</b>	<b>11,3</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	MAI/07	JUN/07
<b>Agricultura</b>	<b>398,8</b>	<b>448,1</b>
Custeio Agropecuário	100,2	109,5
Investimento Rural	0,4	0,7
Preços Agrícolas	181,3	162,8
- EGF	1,6	3,2
- AGF	47,6	98,6
- Sustentação de preços	132,0	61,0
Pronaf	77,2	106,3
Pesa	39,6	68,9
Securitização	-	-
Fundo da Terra/Incrá	35,1	88,9
FUNCAFÉ	0,0	0,0
<b>Outras áreas</b>	<b>45,0</b>	<b>135,2</b>
Habitação (PSH)	2,7	69,6
Exportação (Proex)	65,7	45,0
FND (BNDES)	(58,4)	(68,3)
<b>Total</b>	<b>443,8</b>	<b>583,3</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/07	JUN/07
Sentenças Judiciais	15,4	19,6
Legislativo/Judiciário	423,8	376,1
Crédito Extraordinário	351,9	257,2
Projeto Piloto de Investimento <sup>3</sup>	295,2	195,4
Outras Obrigatórias <sup>1</sup>	153,5	66,3
Discricionárias <sup>2</sup>	6.881,1	6.720,3
d/q Min. Dos Transportes	53,1	121,2
Min. da Previdência	117,0	173,9
Min. do Des. Agrário	64,7	93,6
Min. da Saúde	2.977,9	2.952,5
Min. da Educação	525,7	490,6
Min. do Esporte	77,4	14,2
Min. das Relações Exteriores	149,9	72,8
Min. da Ciência e Tecnologia	319,8	214,2
Min. do Des. Social	1.201,2	773,3
Demais	1.394,4	1.814,0
<b>Total</b>	<b>8.120,9</b>	<b>7.634,9</b>

<sup>1</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

<sup>2</sup> Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

<sup>3</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

(R\$ 427,9 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 105,6 milhões) e Relações Exteriores (R\$ 77,1 milhões). O decréscimo verificado no Ministério de Desenvolvimento Social decorreu da mudança de calendário do pagamento do bolsa-família. Até maio, o pagamento era feito em duas parcelas mensais (dia 18 e último dia do mês) e a partir de maio passou a ser feito em parcela única (dia 20). O impacto no caixa do Tesouro Nacional passou a ser dentro do próprio mês de referência.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

No primeiro semestre de 2007, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,46% do PIB, contra 9,21% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 13,0 bilhões (12,8%) em relação a 2006, destacando-se os incrementos de R\$ 6,2 bilhões (12,8% ou 0,12 ponto percentual do PIB) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 6,9 bilhões (13,0% ou 0,14 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Pessoal e Encargos</b>	4,39%	4,51%
<b>Custeio e Capital</b>	4,79%	4,93%
Despesas do FAT	0,52%	0,54%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,36%	0,25%
LOAS/RMV	0,49%	0,54%
Outras	3,43%	3,60%
<b>Transferência ao Bacen</b>	0,03%	0,02%

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os dispêndios com a folha salarial passaram de 4,39% do PIB, em 2006, para 4,51% em 2007. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 578,7 milhões (5,1%) e no Poder Executivo, acréscimo de R\$ 6,2 bilhões (16,5%). Parte expressiva do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por outro lado, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentou queda de R\$ 455,8 milhões (18,7%) em relação a esses dispêndios no mesmo período do ano anterior.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,79% para 4,93% do PIB, o maior crescimento ocorreu na rubrica 'outras despesas de custeio e capital' (R\$ 5,9 bilhões ou 0,18 p.p. do PIB).

*As despesas com LOAS/RMV aumentaram 19,2% em 2007. A média dos benefícios emitidos no primeiro semestre é 8% superior à média de igual período do ano anterior.*

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-jun/01	1.252.569	-	425.151	-	827.418	-
média jan-jun/02	1.395.228	11%	501.538	18%	893.690	8%
média jan-jun/03	1.598.107	15%	607.888	21%	990.220	11%
média jan-jun/04	1.804.754	13%	752.074	24%	1.052.680	6%
média jan-jun/05	2.121.352	18%	971.478	29%	1.149.874	9%
média jan-jun/06	2.340.455	10%	1.102.386	13%	1.238.068	8%
média jan-jun/07	2.522.507	8%	1.210.337	10%	1.312.170	6%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,0 bilhão (19,2%) em relação ao acumulado até junho de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e 2007 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,2 milhão foi destinado aos idosos e 1,3 milhão aos portadores de deficiência.

No primeiro semestre de 2007, as despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 3,1 bilhões. Houve redução de R\$ 873,3 milhões (22,0%), devido a despesas com operações oficiais de crédito, que caíram R\$ 797,4 milhões (28,5%) em relação ao primeiro semestre de 2006. Além disso, os gastos com a capitalização da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) no montante de R\$ 1,5 bilhão, em 2006, não se repetiu neste exercício.

Nas operações oficiais de crédito, a queda verificada em relação ao período anterior, decorreu principalmente das despesas do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 294,7 milhões, 98,0%), do PSH (R\$ 159,2 milhões, 68,8%), do AGF (R\$ 89,2 milhões, 48,4%) e do PESA (R\$ 72,3 milhões, 31,0%). Por outro lado, houve incremento nos seguintes programas: i) Custeio Agropecuário (R\$ 417,1 milhões); ii) Sustentação de Preços (R\$ 423,7 milhões); e iii) Pronaf (R\$ 329,1 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, destaque para o aumento da execução de despesas por meio de crédito extraordinário (R\$ 1,0 bilhão) em relação ao primeiro semestre de 2006. Além disso, as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2007) – totalizaram R\$ 1,2 bilhão em 2007, contra R\$ 846,4 milhões no ano anterior. As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R\$ 233,6 milhões (26,3%) em relação ao ano passado. E, por fim, os gastos discricionários cresceram R\$ 3,8 bilhões (11,5%). Desse valor, R\$ 1,0 bilhão correspondeu à despesa com o Ministério da Saúde; R\$ 901,4 milhões, ao Ministério da Defesa; R\$ 872,2 milhões, ao Ministério de Desenvolvimento Social, e R\$ 389,5 milhões, ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias dos Ministérios da Integração Nacional (R\$ 201,0 milhões) e dos Transportes (R\$ 196,0 milhões).

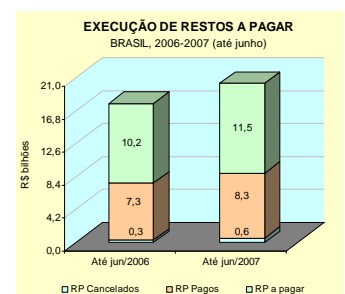
O montante pago de restos a pagar (RP) no primeiro semestre de 2007 correspondeu a R\$ 8,3 bilhões, equivalente a 41,90% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 41,62% no mesmo período do ano anterior. Desse, R\$ 4,3 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2006	2007
<b>Agricultura</b>	<b>1.316,4</b>	<b>2.166,6</b>
Custeio Agropecuário	86,5	503,6
Investimento Rural	300,8	6,1
Preços Agrícolas	549,9	889,2
- EGF	1,7	6,5
- AGF	184,5	95,2
- Sustentação de preços	363,8	787,5
Pronaf	40,6	369,8
Pesa	233,3	161,0
Cacau	0,6	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	104,6	236,9
FUNCAFÉ	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-1,3</b>	<b>-166,4</b>
Habituação (PSH)	231,5	72,2
FND	-291,8	-336,8
Exportação (Proex)	59,0	98,2
<b>Total</b>	<b>1.315,1</b>	<b>2.000,2</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção  
<sup>2</sup> Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	889,3	1.122,9
Legislativo/Judiciário	2.104,4	2.358,6
Crédito Extraordinário	996,4	1.398,5
Projeto Piloto de Investimento <sup>3</sup>	846,4	1.185,9
Outras Obrigatórias <sup>1</sup>	219,3	453,0
Discricionárias <sup>2</sup>	32.838,7	36.627,9
d/q Min. da Saúde	16.557,4	17.585,1
Min. da Defesa	1.466,8	2.368,2
Min. do Des. Social	4.081,6	4.953,8
Min. da Ciência e Tecnologia	836,2	1.225,7
Min. do Esporte e Turismo	132,7	278,1
Min. da Previdência	453,1	597,7
Min. da Fazenda	657,0	578,3
Min. dos Transportes	740,5	544,5
Min. da Integração Nacional	459,5	258,5
Demais	7.453,9	8.238,1
<b>Total</b>	<b>37.884,5</b>	<b>43.746,9</b>

<sup>1</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.  
<sup>2</sup> Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.  
<sup>3</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).



um percentual de execução de 31,43% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 1,3 bilhão), Saúde (R\$ 707,1 milhões) e Educação (R\$ 479,5 milhões).

## Previdência Social

Em junho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,4 bilhões, superior em R\$ 36,6 milhões ao registrado em maio (aumento de 1,1%). Essa elevação do déficit primário se explica essencialmente pelo aumento no pagamento de benefícios previdenciários, de R\$ 14,2 bilhões em maio para R\$ 14,3 bilhões em junho. O impacto desse aumento foi parcialmente compensado pela elevação na arrecadação líquida, que passou de R\$ 10,8 bilhões no mês anterior para R\$ 10,9 bilhões no mês em análise. No primeiro semestre do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 20,8 bilhões, contra R\$ 19,0 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 9,5%).

*Em junho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,4 bilhões. No primeiro semestre, o déficit atingiu R\$ 20,8 bilhões, equivalente a 1,71% do PIB do período.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2007	2007	2006	2007
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>10.837,5</b>	<b>10.928,8</b>	<b>55.225,9</b>	<b>62.836,4</b>
Arrecadação Bruta	11.979,6	12.111,1	60.314,3	69.708,0
- Contribuição Previdenciária	11.018,4	11.051,9	55.498,0	64.005,9
- Simples	737,1	837,8	3.500,7	4.263,8
- CFT	80,2	69,6	335,9	377,9
- Depósitos Judiciais	100,8	107,4	729,1	791,5
- Refis	20,9	22,0	149,1	130,2
- Outras Receitas	22,2	22,3	101,5	138,6
(-) Restituição/Devolução	-49,9	-76,8	-184,5	-273,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.092,3	-1.105,5	-4.903,9	-6.598,3
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>14.187,3</b>	<b>14.315,3</b>	<b>74.201,2</b>	<b>83.620,2</b>
Benefícios Previdenciários	14.187,3	14.315,3	74.201,2	83.620,2
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.349,8</b>	<b>-3.386,4</b>	<b>-18.975,3</b>	<b>-20.783,9</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,72%</b>	<b>-1,71%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	55.225,9	62.836,4	13,8%
Benefícios	74.201,2	83.620,2	12,7%
Resultado Primário	-18.975,3	-20.783,9	9,5%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 10,9 bilhões em junho, representando elevação de R\$ 91,4 milhões (0,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação ao primeiro semestre de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 7,6 bilhões (13,8%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 55,5 bilhões para R\$ 64,0 bilhões (elevação de 15,3%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa

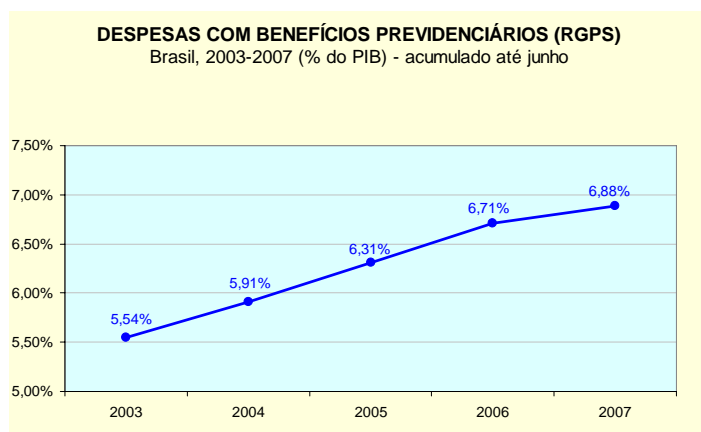
Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a maio de 2007 foi 10,7% superior à verificada no período correspondente de 2006.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram, em junho, aumento de R\$ 128,0 milhões (0,9%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 9,4 bilhões (12,7%), atingindo o montante de R\$ 83,6 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 34,06 (6,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 591,7 mil (2,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a junho de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,54% do PIB; em 2007, correspondem a 6,88%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,33 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,7	2,8%
Valor médio RGPS**	517,3	551,3	6,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00



*As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 5,54% do PIB no acumulado de janeiro a junho de 2003 para 6,88% do PIB no mesmo período em 2007, representando crescimento de 24,2%.*

No estoque de benefícios dos seis primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 352,9 mil aposentadorias (2,6%), de 134,0 mil pensões por morte (2,3%) e de 104,4 mil benefícios de auxílio-doença (7,4%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

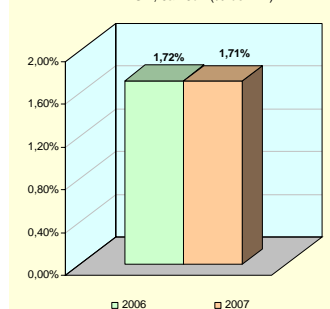
	Em mil benefícios				
	JUN		MAI	JUN	
	2006	2007	2007	2006	2007
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>21.153</b>	<b>21.799</b>	<b>21.828</b>	<b>21.112</b>	<b>21.703</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.428</b>	<b>21.053</b>	<b>21.073</b>	<b>20.375</b>	<b>20.967</b>
Aposentadorias	13.262	13.569	13.604	13.175	13.526
Idade	6.796	6.994	7.017	6.743	6.967
Invalidez	2.724	2.736	2.735	2.706	2.737
Tempo de contribuição	3.742	3.839	3.852	3.726	3.823
Pensão por morte	5.853	5.979	5.992	5.824	5.959
Auxílio-Doença	1.239	1.424	1.398	1.304	1.407
Salário - maternidade	43	43	43	40	39
Outros	31	38	36	33	36
<b>Acidentários</b>	<b>725</b>	<b>746</b>	<b>755</b>	<b>736</b>	<b>736</b>
Aposentadorias	146	147	147	145	147
Pensão por morte	130	129	129	130	129
Auxílio - doença	92	115	125	104	105
Auxílio - acidente	269	270	270	268	270
Auxílio - suplementar	88	85	84	88	85

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)**

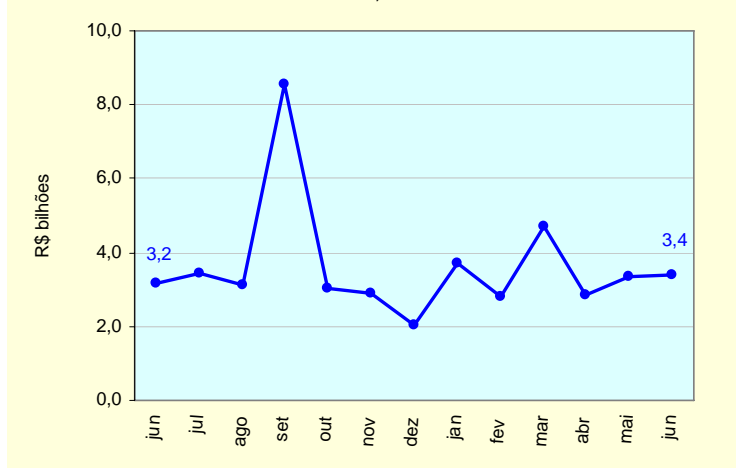
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,17%
Benefícios	6,71%	6,88%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,72%</b>	<b>-1,71%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao primeiro semestre do ano passado, em linha com o aumento de 0,18 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,71% do PIB, praticamente o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (1,72%).

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, Jan-Jun (% do PIB)**



**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006/2007**



## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 674,7 bilhões, equivalente a 27,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses, superior em 0,5 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 18,8 bilhões, no mês, determinado quase que exclusivamente pela parcela interna da dívida líquida, que cresceu R\$ 18,2 bilhões.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	JUN	MAI	JUN
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>390.582</b>	<b>533.961</b>	<b>552.190</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.014.742	1.184.626	1.210.366
Dívida Contratual da STN	-448.855	-458.138	-464.635
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-175.306	-192.527	-193.541
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>139.929</b>	<b>121.977</b>	<b>122.550</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	108.906	95.942	96.652
Dívida Contratual	31.335	26.290	26.106
Disponibilidades	-313	-255	-208
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>530.511</b>	<b>655.939</b>	<b>674.740</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>23,9%</b>	<b>27,2%</b>	<b>27,7%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.  
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

*Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 674,7 bilhões, o equivalente a 27,7% do PIB acumulado em doze meses.*

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de junho com saldo de R\$ 552,2 bilhões, equivalentes a 22,7% do PIB acumulado em 12 meses. Essa elevação de R\$ 18,2 bilhões em relação ao saldo de maio ocorreu em função do aumento na dívida mobiliária em mercado, R\$ 25,7 bilhões, parcialmente compensada pela elevação dos haveres contratuais líquidos em R\$ 7,5 bilhões.

A dívida mobiliária em mercado aumentou devido às emissões líquidas ocorridas no mês, R\$ 14,1 bilhões, e à apropriação de R\$ 11,6 bilhões em juros por competência. Por outro lado, houve variação positiva nos haveres contratuais, decorrente, principalmente, do empréstimo do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 5,2 bilhões na forma de instrumento híbrido de capital e dívida.

### ***Dívida Interna Líquida***



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 JUN	2007 MAI	2007 JUN
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>390.582</b>	<b>533.961</b>	<b>552.190</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>1.014.742</b>	<b>1.184.626</b>	<b>1.210.366</b>
LFT	423.681	424.160	402.306
LTN	302.729	335.420	350.729
NTN-B	145.719	198.117	215.358
NTN-C	65.688	64.450	64.930
NTN-D	3.850	1.190	1.203
NTN-F	17.386	103.048	117.289
Demais	35.309	32.554	32.580
Dívida Securitizada	16.713	21.257	21.498
TDA	3.668	4.429	4.472
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-624.160</b>	<b>-650.665</b>	<b>-658.176</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-448.855</i>	<i>-458.138</i>	<i>-464.635</i>
Dívida Bancária	24.379	23.412	23.314
Lei nº 7.976/89	-4.874	-2.725	-2.389
Lei nº 8.727/93	-47.133	-45.896	-45.740
Lei nº 9.496/97	-254.973	-269.632	-270.548
Renegociação Dívidas Municipais	-39.002	-41.722	-42.011
Demais Haveres da STN	-127.252	-121.575	-127.261
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-175.306</i>	<i>-192.527</i>	<i>-193.541</i>
FAT	-125.589	-134.995	-135.170
Demais Entidades	-49.716	-57.532	-58.371
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>45,7%</b>	<b>49,1%</b>	<b>49,8%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-28,1%</b>	<b>-27,0%</b>	<b>-27,1%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-20,2%</b>	<b>-19,0%</b>	<b>-19,1%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>17,6%</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,7%</b>

*No mês observou-se elevação da Dívida Interna Líquida em 0,6 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado: emissões líquidas de títulos da dívida mobiliária, apropriação de juros por competência e elevação dos haveres contratuais líquidos da STN.*

## **Emissões e Resgates**

Em junho, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 61,2 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 47,1 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 14,1 bilhões.

*Em junho, as emissões líquidas de títulos prefixados somaram R\$ 14,1 bilhões.*

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 60,1 bilhões, sendo: i) R\$ 17,9 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2008 e julho de 2009; ii) R\$ 16,9 bilhões em NTN-B, com vencimentos em novembro de 2009, maio de 2017, 2035 e 2045 e agosto de 2012 e 2024; iii) R\$ 13,3 bilhões em NTN-F, com vencimentos em julho de 2010 e janeiro de 2012 e 2017; e iv) R\$ 11,9 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2010 e março de 2012.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1,0 bilhão, sendo as mais importantes: i) R\$ 671,8 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - séries A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; ii) R\$ 97,5 milhões em NTN-B e R\$ 20,8 milhões em LTN em permuta por títulos da dívida securitizada; iii) R\$ 75,8 milhões em NTN-I para o Proex; iv) R\$ 73,5 milhões em CFT-E1 para o Fies; v) R\$ 58,2 milhões em

títulos da dívida agrária, para fins de indenização de desapropriações para a reforma agrária; e vi) R\$ 35,4 milhões em NTN-B em permuta por NTN-M.

**TABELA 6**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO**  
**NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, JUN/2007**

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>60.085,7</b>	<b>1.033,2</b>	<b>49,0</b>	<b>61.167,8</b>
LFT	11.923,5	0,0	5,1	11.928,6
LTN	17.918,2	20,8	15,3	17.954,3
NTN-B	16.897,9	133,0	19,8	17.050,7
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	13.346,1	0,0	8,7	13.354,9
TDA	0,0	58,2	0,0	58,2
Securitizada*	0,0	671,8	0,0	671,8
Demais	0,0	149,3	0,0	149,3
<b>II. RESGATES**</b>	<b>42.866,3</b>	<b>4.183,1</b>	<b>24,5</b>	<b>47.073,9</b>
LFT	34.324,4	3.280,2	6,2	37.610,8
LTN	6.265,7	0,0	5,9	6.271,6
NTN-B	2.104,6	0,0	7,5	2.112,1
NTN-C	171,5	0,0	1,6	173,2
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	3,3	3,3
TDA	0,0	31,6	0,0	31,6
Securitizada*	0,0	552,0	0,0	552,0
Demais	0,0	319,2	0,0	319,2
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>17.219,4</b>	<b>-3.149,9</b>	<b>24,5</b>	<b>14.094,0</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 49,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 19,8 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008, 2010, 2012 e 2024 e maio de 2009, 2011, 2015, 2017, 2035 e 2045; ii) R\$ 15,3 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2008 e janeiro e julho de 2009; iii) R\$ 8,7 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 5,1 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em junho, atingiu R\$ 47,1 bilhões, sendo R\$ 31,3 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 15,8 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 5,6 bilhões em LFT aceitas no leilão de troca desse título; ii) R\$ 5,3 bilhões em LTN aceitas no leilão de troca desse título; iii) R\$ 2,6 bilhões em LFT, R\$ 2,0 bilhões em NTN-B e R\$ 171,5 milhões de NTN-C, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iv) R\$ 122,7 milhões em títulos da dívida securitizada (ESTB980601 e ESTG980615) e R\$ 35,1 milhões em NTN-M, todos aceitos em permuta por NTN-B e LTN.

#### Boxe 2 – Tesouro Direto

Em junho, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 49,0 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 40,4% do montante vendido, seguida pela LTN, com 31,2% e pela NTN-F, com 17,8%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2007 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 443,5 milhões e 14.604 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.251 novos investidores no Tesouro Direto. O número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 87.802 pessoas, apresentando aumento de 41,7% em relação ao número de investidores acumulados em junho de 2006.

## Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se um aumento de 1,66 ponto percentual na participação de títulos prefixados, devido às emissões líquidas de LTN e NTN-F, no valor de R\$ 11,7 bilhões e R\$ 13,4 bilhões, respectivamente. Os títulos remunerados por índice de preços apresentaram aumento de 0,96 ponto percentual, devido à emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 14,9 bilhões. Os títulos remunerados pela taxa Selic sofreram uma redução de 2,61 pontos percentuais, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 25,7 bilhões.

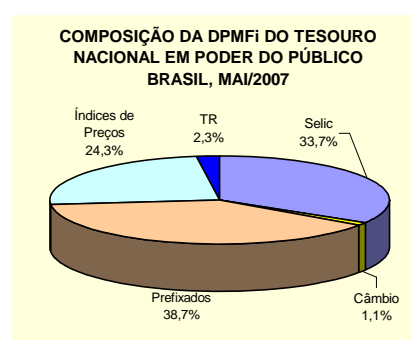
*Os títulos prefixados e os remunerados por índice de preços tiveram sua participação na DPMFi ampliada em 1,66 e 0,96 ponto percentual, respectivamente, enquanto os papéis remunerados por Selic sua participação reduzida em 2,61 pontos percentuais.*

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\* BRASIL, 2006/2007**

INDEXADOR	2006		2007	
	JUN	MAI	JUN	JUN
Selic	42,49	36,28	33,67	
Câmbio	1,68	1,08	1,06	
Prefixados	31,59	37,06	38,71	
Índices de Preços	22,22	23,33	24,29	
TR	2,01	2,26	2,27	

(%)

\* Não inclui dívida agrícola.



## Custo Médio

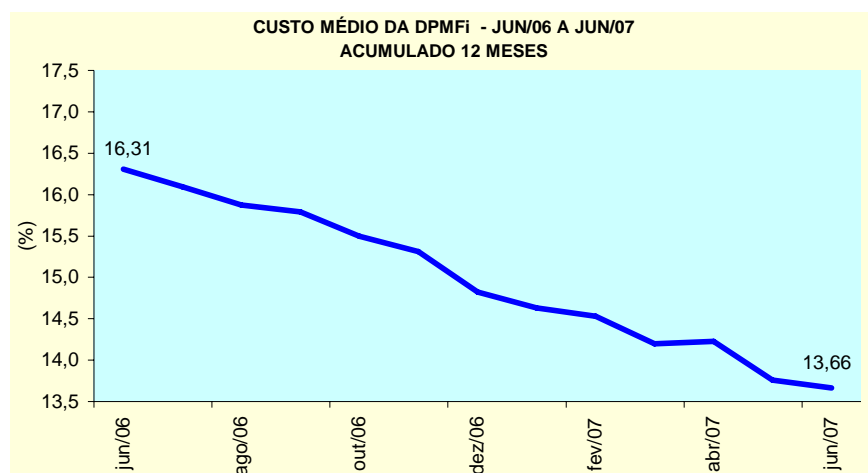
O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou, ao passar de 11,99% a.a., em maio, para 12,71% a.a., em junho, devido à menor apreciação do real frente ao dólar americano (0,14%, em junho, contra 5,16%, em maio). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu-se, ao passar de 12,84% a.a., em maio, para 12,80% a.a. em junho, em virtude, principalmente, da menor variação da taxa Selic (0,90%, em junho, contra 1,03%, em maio).

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
2007	Dez	14,55	14,19
	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Jun	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu de 13,76% a.a., em maio, para 13,66% a.a., em junho, em virtude da menor variação da taxa Selic (0,90% em junho de 2007 contra 1,18% no mesmo mês do ano anterior) e da menor variação dos índices de preços IGP-M (0,26% em junho contra 0,75% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que este indicador reduz a influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.



*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 13,66% a.a., apresentando redução de 0,10 ponto percentual em relação ao mês anterior.*

Em junho, o prazo médio da DPMFi aumentou 1,15 mês, passando de 33,28 meses para 34,43 meses. Contribuíram para essa elevação: i) o resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 25,7 bilhões, que resultou no aumento de 1,83 mês no prazo médio desse título; e ii) a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 14,9 bilhões (com prazo médio de emissão de 97,1 meses, superior ao prazo médio de estoque de 66,18 meses), que aumentou o prazo médio desses títulos em 1,42 meses. A vida média da DPMFi também apresentou aumento, ao passar de 49,77 meses, em maio, para 52,52 meses, em junho.

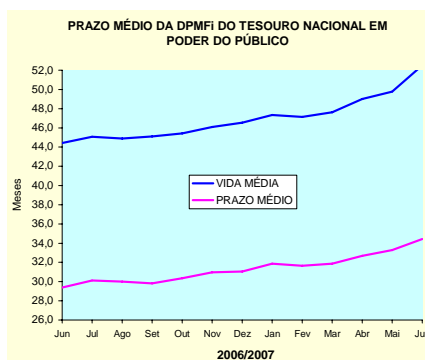
## Prazo Médio

*Em comparação a maio, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 1,15 mês.*

**TABELA 9  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM  
PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006	Jun	44,43	29,38
	Jul	45,07	30,12
	Ago	44,89	30,01
	Set	45,10	29,82
	Out	45,42	30,35
2007	Nov	46,11	30,96
	Dez	46,55	31,06
	Jan	47,35	31,89
	Fev	47,16	31,64
	Mar	47,62	31,88
	Abr	48,99	32,69
	Mai	49,77	33,28
Jun	52,52	34,43	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM  
PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	2006		2007
	JUN	MAI	JUN
LFT	19,60	22,36	24,19
LTN	9,37	10,12	9,75
NTN-B	57,47	64,76	66,18
NTN-C	78,51	82,39	81,61
NTN-D	9,24	12,71	11,74
TDA	59,58	56,66	55,93
Dívida Securitizada*	84,16	84,96	86,48
Demais	75,51	49,66	48,33
<b>TOTAL</b>	<b>29,38</b>	<b>33,28</b>	<b>34,43</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

## Dívida Externa Líquida

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida apresentou pequena redução de 0,1 ponto percentual do PIB.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho de 2007 com saldo de R\$ 122,6 bilhões, o que representou um aumento de 0,47% em relação a maio. O principal fator que contribuiu para este aumento foi a reabertura do Global BRL 2028, com valor de face de R\$ 750 milhões. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou acréscimo de 0,61%, alcançando US\$ 63,6 bilhões.

**TABELA 10**  
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO<sup>1\</sup>  
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		R\$ milhões
	2006	2007	
	JUN	MAI	JUN
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>108.906</b>	<b>95.942</b>	<b>96.652</b>
Bônus de Renegociação	503	388	388
Bônus de Captação	108.404	95.554	96.264
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>31.335</b>	<b>26.290</b>	<b>26.106</b>
Organismos Multilaterais	23.929	21.773	21.689
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.407	4.517	4.417
Clube de Paris	0	0	0
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>140.241</b>	<b>122.232</b>	<b>122.758</b>
<b>III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-313</b>	<b>-255</b>	<b>-208</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)</b>	<b>139.929</b>	<b>121.977</b>	<b>122.550</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>6,3%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,0%</b>

<sup>1\</sup> Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

O serviço da DPFe, em junho, totalizou R\$ 513,2 milhões, dos quais R\$ 363,6 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 149,6 milhões, ao pagamento de principal.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 513,2 milhões no mês.

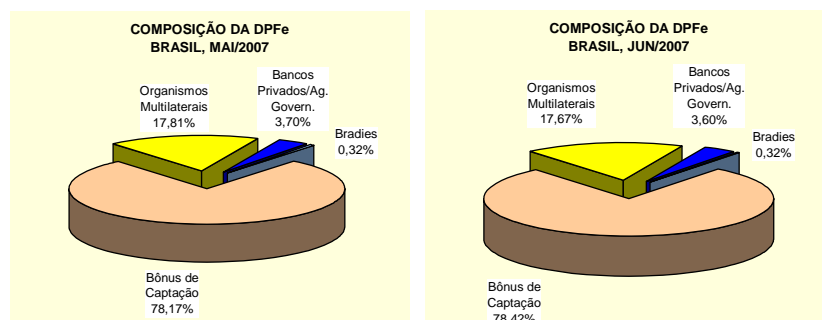
**TABELA 11**  
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)  
BRASIL, JUN/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>149,6</b>	<b>363,6</b>	<b>513,2</b>
I.1. Organismos Multilaterais	41,9	102,0	143,9
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	107,7	18,6	126,3
<b>I.3. Dívida Mobiliária</b>	<b>0,0</b>	<b>242,9</b>	<b>242,9</b>
Global 2009 A	0,0	14,2	14,2
Global 2013	0,0	116,0	116,0
EuroIra 2017	0,0	110,9	110,9
Global 2028 (Reabertura)	0,0	1,9	1,9

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Em relação à composição da DPFe, houve aumento da participação dos Bônus de Captação, de 78,17% para 78,42%, como resultado da reabertura do bônus Global BRL 2028.

## Composição



O prazo médio da dívida externa mobiliária, em junho, ficou em 6,18 anos, contra 6,23 anos em maio, redução vegetativa decorrente da aproximação dos vencimentos dos títulos. A vida média também apresentou ligeira diminuição, ao passar de 13,95 anos, em maio, para 13,92 anos, em junho.

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa, para o mês de junho de 2007, ficou em 0,52% a.a., reflexo da menor apreciação do real frente ao dólar americano (0,14%, em junho de 2007, contra 5,92%, em junho de 2006).

## Custo e Prazo Médios

*Em junho, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa reduziu-se para 6,18 anos.*

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	JUN	MAI	JUN
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,93</b>	<b>6,23</b>	<b>6,18</b>
Bônus de Renegociação	3,25	2,95	2,87
Bônus de Captação	5,94	6,24	6,20
Globais	6,59	6,69	6,61
Euros	3,40	3,49	3,44
Reais	5,51	6,88	6,98
Demais	0,85	0,16	0,08
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>13,80</b>	<b>13,95</b>	<b>13,92</b>
Bônus de Renegociação	7,21	6,29	6,21
Bônus de Captação	13,83	13,98	13,95
Globais	15,99	15,70	15,63
Euros	4,78	4,42	4,28
Reais	-	14,33	14,70
Demais	1,02	0,16	0,08
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>3,54</b>	<b>(5,12)</b>	<b>0,52</b>
Bônus de Renegociação	(2,81)	(11,16)	(5,73)
Bônus de Captação	4,15	(5,10)	0,55
Globais	2,30	(7,27)	(1,65)
Euros	6,63	(3,82)	2,82
Reais	-	12,79	12,64
Demais	(3,55)	(10,30)	(1,87)

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

**Boxe 3 – Brasil reabre bônus de 20 anos no mercado externo**

O Tesouro Nacional realizou, no dia 19 de junho, a terceira reabertura do bônus denominado em reais, Global BRL 2028, no valor de R\$ 750 milhões. Quando somados aos R\$ 3,04 bilhões já emitidos nas três operações anteriores, o total em mercado deste título chega a R\$ 3,79 bilhões. O título foi vendido ao preço de 115,50% do seu valor de face, resultando em rendimento para o investidor (*yield*) de 8,626% a.a.. A taxa de juros obtida na operação foi a mais baixa já verificada em emissões em moeda local de títulos prefixados pelo Tesouro Nacional. Isto sinaliza a crescente confiança do investidor estrangeiro na solidez dos fundamentos da economia brasileira.

A emissão segue as diretrizes do Plano Anual de Financiamento – PAF, onde consta que a gestão da DPFe, para o biênio 2007-2008, contemplará emissões de natureza qualitativa. Os objetivos são de consolidar a curva de juros externa (em BRL e em USD), por meio da construção e manutenção de pontos de referência (*benchmarks*) nos principais mercados de títulos. Com mais essa emissão, o Tesouro Nacional demonstra seu comprometimento em aperfeiçoar a estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais, aumentando sua eficiência. O Global BRL 2028 firma-se assim como *benchmark* de 20 anos na curva de juros externa denominada em real, servindo também de referência para as eventuais captações do setor privado.



# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

**Tabela A6** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6-B** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Junho 2006/2007

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Junho 2006/2007

**Tabela A11** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Junho 2006/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>44.372,6</b>	<b>44.829,4</b>	<b>45.405,3</b>	<b>44.716,8</b>	<b>46.788,6</b>	<b>42.710,6</b>	<b>57.611,4</b>	<b>52.058,0</b>	<b>43.184,5</b>	<b>47.696,3</b>	<b>54.939,8</b>	<b>48.230,8</b>	<b>49.423,3</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>34.590,3</b>	<b>34.969,2</b>	<b>35.271,5</b>	<b>34.186,8</b>	<b>36.352,6</b>	<b>32.100,4</b>	<b>40.036,7</b>	<b>42.523,7</b>	<b>32.613,4</b>	<b>37.026,6</b>	<b>44.231,0</b>	<b>37.290,6</b>	<b>38.395,4</b>
I.1.1. Receita Bruta	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.083,3	32.720,5	37.399,9	45.122,3	37.633,3	39.625,9
- Impostos	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1
- Contribuições	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0
- Demais <sup>1</sup>	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.870,1	2.806,3	4.241,2	7.819,9	5.551,3	3.070,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>	<b>10.020,3</b>	<b>10.419,9</b>	<b>10.314,5</b>	<b>10.414,5</b>	<b>17.391,1</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>	<b>10.534,0</b>	<b>10.622,1</b>	<b>10.837,5</b>	<b>10.928,8</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>126,8</b>	<b>126,2</b>	<b>113,5</b>	<b>110,1</b>	<b>121,5</b>	<b>195,7</b>	<b>183,6</b>	<b>57,1</b>	<b>134,3</b>	<b>135,6</b>	<b>86,8</b>	<b>102,7</b>	<b>99,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.924,1</b>	<b>7.429,9</b>	<b>7.777,6</b>	<b>6.749,3</b>	<b>6.453,2</b>	<b>9.357,3</b>	<b>9.285,7</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>	<b>7.648,8</b>	<b>8.570,4</b>	<b>9.423,7</b>	<b>9.678,0</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6
II.3. Transferências da Cide	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0
II.4. Demais	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>	<b>37.627,7</b>	<b>37.967,5</b>	<b>40.335,4</b>	<b>33.353,3</b>	<b>48.325,7</b>	<b>43.924,5</b>	<b>34.291,6</b>	<b>40.047,5</b>	<b>46.369,5</b>	<b>38.807,1</b>	<b>39.745,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>30.376,5</b>	<b>34.376,6</b>	<b>31.281,2</b>	<b>37.465,8</b>	<b>33.210,4</b>	<b>33.549,8</b>	<b>53.920,3</b>	<b>32.109,0</b>	<b>30.726,2</b>	<b>36.049,1</b>	<b>31.951,9</b>	<b>34.117,4</b>	<b>34.447,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>7.801,3</b>	<b>9.605,9</b>	<b>7.790,5</b>	<b>8.482,9</b>	<b>8.414,8</b>	<b>9.208,6</b>	<b>12.984,7</b>	<b>10.223,0</b>	<b>8.829,4</b>	<b>9.768,9</b>	<b>8.394,8</b>	<b>8.497,1</b>	<b>9.030,9</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>	<b>13.120,7</b>	<b>18.986,5</b>	<b>13.357,8</b>	<b>13.301,2</b>	<b>19.446,0</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>	<b>15.225,4</b>	<b>13.486,7</b>	<b>14.187,3</b>	<b>14.315,3</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>9.510,0</b>	<b>11.410,6</b>	<b>10.180,7</b>	<b>9.797,2</b>	<b>11.257,0</b>	<b>10.801,3</b>	<b>21.157,3</b>	<b>8.603,8</b>	<b>8.436,5</b>	<b>10.822,5</b>	<b>9.869,8</b>	<b>11.237,7</b>	<b>10.922,0</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	726,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	10,7	91,4	227,4	186,1	131,3	194,4	176,4	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	143,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.364,5	6.227,3	8.155,5	7.243,9	8.120,9	7.634,9
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>53,0</b>	<b>57,0</b>	<b>53,5</b>	<b>50,1</b>	<b>52,8</b>	<b>72,8</b>	<b>111,8</b>	<b>-6,7</b>	<b>74,9</b>	<b>64,4</b>	<b>28,8</b>	<b>53,9</b>	<b>11,3</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>199,8</b>	<b>131,2</b>	<b>135,8</b>	<b>149,2</b>	<b>127,9</b>	<b>165,8</b>	<b>220,7</b>	<b>115,8</b>	<b>153,1</b>	<b>167,9</b>	<b>171,9</b>	<b>141,4</b>	<b>167,6</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>6.072,0</b>	<b>3.022,9</b>	<b>6.346,5</b>	<b>501,7</b>	<b>7.124,9</b>	<b>-196,5</b>	<b>-5.594,6</b>	<b>11.815,5</b>	<b>3.565,4</b>	<b>3.998,3</b>	<b>14.417,6</b>	<b>4.689,7</b>	<b>5.298,3</b>
V.1. Tesouro Nacional	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.570,2	6.379,8	8.722,0	17.367,3	8.078,2	8.753,2
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-85,1	-38,7	-68,5
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>259,6</b>	<b>258,6</b>	<b>307,5</b>	<b>234,6</b>	<b>182,3</b>	<b>81,2</b>	<b>56,3</b>	<b>97,9</b>	<b>258,8</b>	<b>258,2</b>	<b>213,1</b>	<b>237,3</b>	<b>133,9</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>545,5</b>	<b>319,5</b>	<b>573,7</b>	<b>-671,6</b>	<b>459,4</b>	<b>39,3</b>	<b>-224,9</b>	<b>-108,1</b>	<b>-1.164,3</b>	<b>-343,3</b>	<b>288,4</b>	<b>418,0</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>6.877,2</b>	<b>3.601,0</b>	<b>7.227,6</b>	<b>64,6</b>	<b>7.766,6</b>	<b>-76,0</b>	<b>-5.763,2</b>	<b>11.805,3</b>	<b>2.659,9</b>	<b>3.913,2</b>	<b>14.919,1</b>	<b>5.345,0</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-13.196,2</b>	<b>-9.561,3</b>	<b>-12.964,8</b>	<b>-8.056,2</b>	<b>-10.272,7</b>	<b>-8.151,2</b>	<b>-7.551,7</b>	<b>-11.132,1</b>	<b>-7.659,4</b>	<b>-11.417,1</b>	<b>-10.458,0</b>	<b>-14.494,5</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-6.319,1</b>	<b>-5.960,4</b>	<b>-5.737,2</b>	<b>-7.991,5</b>	<b>-2.506,1</b>	<b>-8.227,1</b>	<b>-13.315,0</b>	<b>673,2</b>	<b>-4.999,4</b>	<b>-7.503,9</b>	<b>4.461,0</b>	<b>-9.149,6</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6
RMV <sup>4</sup>	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>46.993,6</b>	<b>43.988,0</b>	<b>46.982,5</b>	<b>47.837,9</b>	<b>46.237,0</b>	<b>50.086,3</b>	<b>66.730,8</b>	<b>41.189,9</b>	<b>48.707,5</b>	<b>48.292,0</b>	<b>53.863,8</b>	<b>52.692,5</b>	<b>52.109,6</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	114,1
I.5 - Receita do Salário Educação	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6
<b>II. DESPESAS</b>	<b>49.308,6</b>	<b>54.486,0</b>	<b>49.391,4</b>	<b>47.797,3</b>	<b>48.980,3</b>	<b>60.035,7</b>	<b>58.705,9</b>	<b>50.427,2</b>	<b>44.651,3</b>	<b>51.605,5</b>	<b>46.608,7</b>	<b>59.214,7</b>	<b>55.324,2</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>9.688,1</b>	<b>8.696,7</b>	<b>9.469,7</b>	<b>8.198,9</b>	<b>8.356,3</b>	<b>10.751,4</b>	<b>10.664,5</b>	<b>9.565,2</b>	<b>10.064,4</b>	<b>8.543,6</b>	<b>10.279,8</b>	<b>11.040,7</b>	<b>11.299,0</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6
II.1.4 - Outras Vinculações	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.794,4
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>39.620,6</b>	<b>45.789,3</b>	<b>39.921,6</b>	<b>39.598,4</b>	<b>40.624,0</b>	<b>49.284,4</b>	<b>48.041,4</b>	<b>40.862,0</b>	<b>34.586,8</b>	<b>43.062,0</b>	<b>36.329,0</b>	<b>48.174,0</b>	<b>44.025,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,5	8.524,8	9.743,4	8.317,3	8.452,2	10.740,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9
i) Dívida Contratual Interna	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2
ii) Dívida Contratual Externa	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1	6.593,6	8.278,0	7.256,6	13.499,4	8.567,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-2.315,1</b>	<b>-10.498,1</b>	<b>-2.408,9</b>	<b>40,5</b>	<b>-2.743,3</b>	<b>-9.949,5</b>	<b>8.024,9</b>	<b>-9.237,4</b>	<b>4.056,3</b>	<b>-3.313,5</b>	<b>7.255,1</b>	<b>-6.522,2</b>	<b>-3.214,5</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>36.752,3</b>	<b>43.352,2</b>	<b>30.297,8</b>	<b>31.252,8</b>	<b>41.246,8</b>	<b>44.885,5</b>	<b>43.226,0</b>	<b>55.420,0</b>	<b>29.251,3</b>	<b>43.442,9</b>	<b>51.770,7</b>	<b>36.079,5</b>	<b>46.413,0</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5
<b>V. DESPESAS</b>	<b>25.607,1</b>	<b>48.117,1</b>	<b>11.278,8</b>	<b>15.416,8</b>	<b>38.095,4</b>	<b>25.762,7</b>	<b>16.397,4</b>	<b>45.374,3</b>	<b>6.946,1</b>	<b>29.914,6</b>	<b>36.063,9</b>	<b>19.313,8</b>	<b>21.962,2</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5
V.1.2 - Dívida Contratual	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>12.126,2</b>	<b>-1.088,5</b>	<b>18.798,6</b>	<b>17.457,5</b>	<b>4.220,3</b>	<b>18.501,2</b>	<b>26.436,7</b>	<b>9.326,3</b>	<b>25.093,4</b>	<b>15.711,2</b>	<b>19.567,7</b>	<b>18.469,9</b>	<b>23.697,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>36.487,3</b>	<b>-25.455,6</b>	<b>10.098,1</b>	<b>27.141,6</b>	<b>-2.356,8</b>	<b>7.811,5</b>	<b>38.616,5</b>	<b>-12.332,4</b>	<b>36.258,8</b>	<b>5.286,9</b>	<b>4.013,3</b>	<b>22.421,1</b>	<b>20.824,6</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>41.240,1</b>	<b>20.037,3</b>	<b>10.768,1</b>	<b>17.340,5</b>	<b>22.485,1</b>	<b>12.238,2</b>	<b>18.263,0</b>	<b>15.259,2</b>	<b>10.497,4</b>	<b>13.672,1</b>	<b>7.051,3</b>	<b>16.777,6</b>	<b>10.788,4</b>
I.1. Emissão de Títulos	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>13.583,0</b>	<b>30.230,0</b>	<b>17.280,0</b>	<b>6.075,3</b>	<b>25.250,0</b>	<b>13.600,0</b>	<b>14.500,0</b>	<b>28.400,0</b>	<b>600,0</b>	<b>18.600,0</b>	<b>26.000,0</b>	<b>4.600,0</b>	<b>11.200,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0
II.2. Encargos da DPMF	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0
<b>IV. PRONAF</b>	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6
<b>V. PROEX</b>	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9
<b>XI. FUNCAFÉ</b>								0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3
<b>XIII. TOTAL</b>	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>390.582,3</b>	<b>378.988,0</b>	<b>408.774,7</b>	<b>428.275,0</b>	<b>428.628,1</b>	<b>453.343,2</b>	<b>467.625,9</b>	<b>443.914,4</b>	<b>478.666,1</b>	<b>498.842,9</b>	<b>506.773,8</b>	<b>533.961,2</b>	<b>552.189,7</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.366,0
Dívida Bancária	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9
INSS	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1
Lei 7.976/89	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7
Bônus Renegociação	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7
Lei 8.727/93	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0
Lei 9.496/97	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8
Recebíveis das Estatais	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.636,7
Outros	-42.097,3	-42.282,8	-41.735,2	-41.242,4	-41.332,4	-41.695,4	-41.835,9	-41.871,9	-41.299,5	-41.294,1	-41.502,9	-40.607,3	-40.524,3
Fat	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7	-134.994,7	-135.170,2
Demais Entidades	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.036,4	-56.334,4	-56.732,5	-57.532,1	-58.371,0
Créditos das Operações Oficiais	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8
Arrecadação a Recolher	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.218,3	-8.546,8
<b>II. DÍVIDA EXTERNA (*)</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>	<b>132.276,4</b>	<b>131.249,5</b>	<b>121.977,4</b>	<b>122.550,4</b>
Dívida Mobiliária	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8
Dívida Contratual	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2
Disponibilidades	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-207,6
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>530.511,2</b>	<b>519.620,2</b>	<b>544.433,6</b>	<b>567.234,5</b>	<b>566.436,7</b>	<b>593.550,2</b>	<b>606.575,6</b>	<b>580.963,4</b>	<b>615.967,5</b>	<b>631.119,3</b>	<b>638.023,3</b>	<b>655.938,6</b>	<b>674.740,1</b>
<b>DIVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,2%</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,7%</b>	<b>25,7%</b>	<b>26,1%</b>	<b>24,8%</b>	<b>26,1%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,6%</b>	<b>27,2%</b>	<b>27,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.



**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>108.906,2</b>	<b>109.458,9</b>	<b>105.997,2</b>	<b>109.073,5</b>	<b>108.361,9</b>	<b>109.784,4</b>	<b>109.032,8</b>	<b>107.531,2</b>	<b>104.049,4</b>	<b>103.573,9</b>	<b>95.942,2</b>	<b>96.651,8</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>502,7</b>	<b>505,5</b>	<b>496,8</b>	<b>471,3</b>	<b>464,6</b>	<b>469,7</b>	<b>463,5</b>	<b>460,6</b>	<b>412,7</b>	<b>409,4</b>	<b>388,3</b>	<b>387,7</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>108.403,5</b>	<b>108.953,5</b>	<b>105.500,4</b>	<b>108.602,2</b>	<b>107.897,3</b>	<b>109.314,6</b>	<b>108.569,3</b>	<b>107.070,6</b>	<b>103.636,7</b>	<b>103.164,5</b>	<b>95.553,9</b>	<b>96.264,0</b>
A-Bond	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1
Euro 2006	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8
Euro 2009	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	718,5	728,3	680,9	684,0
Euro 2010	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3
Euro 2011	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3
Euro 2012	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3
Euro 2015	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8
Eurolibra 2007	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	568,0	572,8	537,8	544,6
Eurolibra 2017	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9
Global 2007	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2
Global 2008	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8
Global 2009	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6
Global 2010	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3
Global 2011	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6
Global 2012	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6
Global 2013	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2
Global 2014	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5
Global 2015	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6
Global 2017						3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7
Global 2019	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2
Global 2020	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8
Global 2024	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3
Global 2025	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9
Global 2027	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9
Global 2030	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8
Global 2034	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9
Global 2037	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0
Global 2040	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022				1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028									2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	900,7	913,1	853,7	857,5
Samurai 2007	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.080,1	-	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>31.335,2</b>	<b>31.501,8</b>	<b>29.962,1</b>	<b>30.183,0</b>	<b>29.785,3</b>	<b>30.770,3</b>	<b>30.163,3</b>	<b>29.797,1</b>	<b>28.506,5</b>	<b>27.961,0</b>	<b>26.290,2</b>	<b>26.106,2</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-207,6</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>132.276,4</b>	<b>131.249,5</b>	<b>121.977,4</b>	<b>122.550,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

**TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**  
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>111.264,3</b>	<b>112.969,2</b>	<b>112.912,6</b>	<b>110.310,2</b>	<b>110.001,5</b>	<b>106.756,7</b>	<b>106.188,2</b>	<b>98.810,9</b>	<b>100.076,6</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>468,2</b>	<b>475,8</b>	<b>471,8</b>	<b>471,3</b>	<b>472,0</b>	<b>413,9</b>	<b>412,6</b>	<b>393,3</b>	<b>394,7</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>110.796,1</b>	<b>112.493,5</b>	<b>112.440,8</b>	<b>109.838,9</b>	<b>109.529,5</b>	<b>106.342,8</b>	<b>105.775,6</b>	<b>98.417,5</b>	<b>99.681,9</b>
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>30.177,1</b>	<b>31.157,3</b>	<b>30.542,3</b>	<b>30.219,4</b>	<b>30.341,6</b>	<b>28.867,2</b>	<b>28.284,5</b>	<b>26.568,9</b>	<b>26.362,3</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-207,6</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>141.102,8</b>	<b>143.778,8</b>	<b>143.208,5</b>	<b>140.250,3</b>	<b>140.055,2</b>	<b>135.344,4</b>	<b>134.187,3</b>	<b>125.124,8</b>	<b>126.231,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>1.310.777,0</b>	<b>1.299.896,0</b>	<b>1.319.709,0</b>	<b>1.355.232,1</b>	<b>1.359.034,0</b>	<b>1.381.457,3</b>	<b>1.398.749,6</b>	<b>1.395.355,1</b>	<b>1.439.358,4</b>	<b>1.458.285,5</b>	<b>1.461.032,5</b>	<b>1.497.719,7</b>	<b>1.523.115,2</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>1.014.742,4</b>	<b>1.012.716,4</b>	<b>1.037.378,9</b>	<b>1.060.426,7</b>	<b>1.065.957,3</b>	<b>1.088.498,6</b>	<b>1.100.959,6</b>	<b>1.095.464,8</b>	<b>1.128.418,3</b>	<b>1.151.278,2</b>	<b>1.161.265,3</b>	<b>1.184.625,8</b>	<b>1.210.366,0</b>
Dívida Securitizada	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.498,4
TDA	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3
LTN	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6
LFT	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2
LFT-A	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3
LFT-B	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2
NTN-A	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7
NTN-B	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3
NTN-C	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9
NTN-D	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1
NTN-F	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2
NTN-I	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3
NTN-P	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8
CFT-A	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2
CFT-D	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1
Demais	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>296.034,6</b>	<b>287.179,6</b>	<b>282.330,1</b>	<b>294.805,4</b>	<b>293.076,7</b>	<b>292.958,6</b>	<b>297.790,0</b>	<b>299.890,3</b>	<b>310.940,1</b>	<b>307.007,3</b>	<b>299.767,2</b>	<b>313.094,0</b>	<b>312.749,2</b>
LTN	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2
LFT	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1
NTN-D	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7
Demais	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>45,7%</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,9%</b>	<b>46,7%</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,2%</b>	<b>47,4%</b>	<b>46,8%</b>	<b>47,9%</b>	<b>48,4%</b>	<b>48,5%</b>	<b>49,1%</b>	<b>49,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Jun/2006	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2007
<b>I. INTERNA</b>	<b>-175.305,5</b>	<b>-177.315,1</b>	<b>-178.170,4</b>	<b>-179.203,2</b>	<b>-181.014,8</b>	<b>-183.329,4</b>	<b>-184.302,3</b>	<b>-187.779,9</b>	<b>-189.299,7</b>	<b>-190.304,7</b>	<b>-191.129,2</b>	<b>-192.526,7</b>	<b>-193.541,2</b>
Dívida contratual	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	216,9	209,4	194,1	183,4	183,1
FAT	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7	-134.994,7	-135.170,2
Aplicações financeiras	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4
Fundos Regionais	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.934,2
Demais	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-207,6</b>
Disponibilidades	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-207,6
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-175.618,1</b>	<b>-177.643,5</b>	<b>-178.470,9</b>	<b>-179.500,3</b>	<b>-181.353,5</b>	<b>-183.677,1</b>	<b>-184.548,7</b>	<b>-188.059,2</b>	<b>-189.587,4</b>	<b>-190.584,2</b>	<b>-191.414,7</b>	<b>-192.781,7</b>	<b>-193.748,8</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2006/2007 \***

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	973.265,1	406.344,9	243.247,1	239.865,0	116.818,4	980.355,7	694.417,8	393.338,8	198.081,4	195.508,3	51.556,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.195,8	1.064,1	986,2	986,2	37,3	2.386,3	2.173,3	1.022,4	942,6	940,3	8,1
Advocacia-Geral da União	77.288,3	59.883,1	33.546,8	30.585,4	11.412,9	120.605,2	100.008,8	62.727,9	37.013,6	36.926,8	6.159,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	780.868,6	277.654,1	226.945,8	197.691,1	73.295,3	937.072,0	699.622,7	343.023,1	268.203,8	247.907,2	68.153,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095,0	875.469,7	615.124,0	493.271,0	224.196,0	2.712.257,3	2.306.445,1	1.035.245,4	747.391,5	618.695,3	289.040,9
Ministério da Fazenda	1.946.768,2	766.460,3	609.120,7	595.913,4	52.143,7	2.297.546,4	1.976.823,7	937.121,9	704.039,6	699.839,4	116.826,5
Ministério da Educação	7.284.690,2	3.185.923,8	2.220.860,3	2.160.253,9	773.344,7	8.103.908,5	7.976.418,0	4.052.277,5	2.273.895,4	2.239.575,3	972.516,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	450.409,3	209.319,1	176.134,0	173.805,6	16.633,0	487.496,3	450.759,5	270.949,6	198.550,1	197.792,8	19.091,6
Ministério da Justiça	858.760,5	324.018,5	255.507,9	247.109,5	119.896,5	1.157.521,7	877.563,1	485.984,1	352.443,1	338.317,9	62.575,5
Ministério de Minas e Energia	514.170,5	161.232,0	104.946,2	98.247,1	24.117,2	589.998,7	359.489,0	186.649,6	106.489,7	98.758,0	48.275,6
Ministério da Previdência Social	877.818,6	480.511,4	380.406,4	356.160,3	95.971,7	1.332.079,8	1.146.770,8	833.293,1	551.848,3	502.528,8	68.367,4
Ministério das Relações Exteriores	880.975,7	292.233,2	272.097,2	271.994,7	85.932,9	949.140,6	757.510,4	366.567,5	356.504,8	356.454,8	15.934,7
Ministério da Saúde	33.363.422,1	17.152.722,7	14.715.475,0	14.632.117,3	1.149.480,9	36.828.389,2	34.175.856,2	19.435.079,1	15.113.270,8	14.938.422,0	1.715.703,1
Ministério do Trabalho e Emprego	782.789,7	291.245,4	177.538,4	175.093,6	71.815,4	839.324,2	683.100,0	439.226,3	256.920,0	246.699,5	38.637,8
Ministério dos Transportes	860.963,1	210.222,8	111.939,2	105.179,6	57.707,3	849.108,6	592.045,1	298.525,5	130.885,8	120.189,5	106.931,6
Ministério das Comunicações	332.731,1	119.000,5	84.385,0	84.350,0	28.194,9	436.595,4	254.980,9	164.712,0	83.556,6	83.484,0	25.002,1
Ministério da Cultura	402.693,5	155.181,1	77.789,5	68.503,9	86.916,0	395.769,8	311.715,8	136.832,2	69.648,5	68.095,0	75.240,5
Ministério do Meio Ambiente	399.879,6	188.831,1	116.780,1	114.204,9	46.947,8	580.550,2	399.753,7	156.633,0	111.269,7	110.726,6	33.619,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	556.172,0	187.134,0	133.961,9	127.007,0	59.745,7	920.787,4	510.674,3	375.145,4	202.420,9	201.282,8	42.649,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	638.863,9	324.633,8	164.539,2	158.105,2	81.806,6	651.702,2	560.026,5	241.970,2	116.788,6	116.449,6	74.866,0
Ministério do Esporte	412.065,5	87.308,1	36.940,1	36.802,7	35.799,6	441.440,0	269.425,6	191.240,1	77.033,7	77.032,5	96.956,1
Ministério da Defesa	3.939.396,7	1.378.400,7	957.827,2	799.210,2	394.538,1	4.265.138,4	3.922.571,2	1.979.761,6	1.178.245,3	1.128.758,2	505.729,5
Ministério da Integração Nacional	299.002,6	87.495,1	57.839,0	55.662,0	50.507,9	290.343,9	201.616,4	96.638,5	45.579,9	43.540,9	38.834,7
Ministério do Turismo	357.953,3	171.051,0	61.799,2	61.710,7	36.546,7	397.364,4	250.766,0	136.799,4	52.336,5	52.182,3	33.675,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.223.606,7	4.699.498,3	3.966.911,9	3.927.658,9	85.237,2	10.530.861,1	10.372.276,3	7.862.822,5	4.859.119,6	4.848.085,3	99.297,3
Ministério das Cidades	402.651,9	184.925,8	111.465,9	106.346,2	37.220,9	447.569,7	313.863,2	179.958,3	125.609,3	96.178,4	48.839,5
Encargos Financeiros da União	340.785,8	135.355,6	118.562,1	97.036,3	29.807,4	394.700,0	379.738,9	267.831,8	113.891,3	99.282,6	36.610,6
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650,1	25.616,2	25.603,3	25.603,3	4.044,3	119.371,4	67.871,4	27.258,1	26.927,1	26.927,1	7.190,4
Operações Oficiais de Crédito	56.672,2	53.658,5	7,6	7,6	-	56.894,0	46.710,2	56.713,1	17.528,8	17.528,8	-
<b>TOTAL</b>	<b>70.368.605,6</b>	<b>32.492.394,8</b>	<b>26.058.287,1</b>	<b>25.440.482,6</b>	<b>3.850.116,0</b>	<b>78.116.278,0</b>	<b>70.660.993,8</b>	<b>41.015.347,8</b>	<b>28.376.436,1</b>	<b>27.808.110,0</b>	<b>4.698.289,5</b>

Dados preliminares.

 \* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

<sup>1</sup> Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

**TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2006/2007 \***

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	110.372,2	19.055,7	6.270,2	5.884,7	30.915,4	673.898,2	80.217,9	6.805,9	2.216,8	2.196,6	35.180,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	-	-	-	-	213,7	213,0	55,2	4,3	4,3	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	504,5	2,6	-	3.205,3	10.194,8	5.757,3	859,3	186,7	175,2	1.418,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.448,7	128.959,0	6.584,1	5.596,9	124.232,0	534.861,0	178.340,9	10.482,9	3.735,7	3.379,4	114.334,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	619.884,1	111.042,7	9.495,4	7.592,7	106.724,9	1.038.166,8	1.026.360,3	244.098,5	75.694,4	71.600,2	257.377,5
Ministério da Fazenda (3)	387.680,9	7.328,7	5.127,2	4.646,3	79.776,1	56.075,9	24.568,3	9.578,3	6.243,4	6.140,9	132.600,8
Ministério da Educação	1.141.635,0	140.944,6	24.533,7	19.499,6	480.455,5	1.579.161,4	1.088.487,5	125.070,5	44.363,1	39.978,2	502.819,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	89.242,9	17.514,8	938,4	935,6	19.425,6	97.059,1	27.515,3	797,0	302,5	236,8	26.520,1
Ministério da Justiça	610.899,8	31.838,5	4.594,1	4.573,0	134.504,7	815.618,5	543.179,0	117.605,0	48.312,6	48.251,0	123.355,7
Ministério de Minas e Energia	115.502,7	1.556,5	778,5	776,9	2.982,7	47.596,3	34.051,6	3.322,0	719,0	579,1	7.531,1
Ministério da Previdência Social	298.986,2	9.146,5	-	-	43.982,8	45.800,0	37.733,3	9.701,1	821,5	729,5	60.819,2
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	2.949,8	2.579,4	2.579,4	2.820,1	42.159,2	28.541,1	4.783,7	4.097,7	4.024,2	6.045,2
Ministério da Saúde	3.106.919,2	1.093.509,0	52.048,2	48.040,3	760.319,8	3.796.193,4	1.750.585,9	159.739,4	47.857,0	47.585,2	732.292,4
Ministério do Trabalho e Emprego	24.809,0	4.195,3	1.524,6	1.284,6	6.209,5	64.485,9	53.333,7	19.617,3	2.844,2	2.844,2	5.564,1
Ministério dos Transportes	5.028.872,6	1.113.536,1	109.180,7	59.528,6	1.030.098,4	6.867.486,8	5.519.353,5	2.707.950,6	360.472,4	201.110,3	1.332.333,6
Ministério das Comunicações	110.035,6	4.421,0	4.260,5	768,5	17.538,5	84.365,3	71.708,3	7.313,0	591,0	583,2	9.722,3
Ministério da Cultura	131.338,3	54.921,8	3.376,8	1.452,5	24.895,3	243.969,2	107.899,0	43.281,4	483,1	416,5	35.488,0
Ministério do Meio Ambiente	94.119,4	4.486,1	1.730,3	1.558,3	20.690,9	70.647,9	39.232,1	1.360,3	454,9	454,9	18.003,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	62.934,7	7.614,4	1.898,9	328,7	4.752,5	52.490,1	43.329,1	1.338,3	45,7	44,8	15.735,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.673.249,5	760.541,0	352.948,4	348.796,6	101.153,6	1.712.082,9	1.521.644,0	611.856,8	391.587,2	391.203,7	152.289,8
Ministério do Esporte	469.178,5	275.520,1	602,1	602,1	74.440,8	461.968,5	120.643,3	62.070,9	23.749,4	23.749,4	109.860,3
Ministério da Defesa	1.945.363,7	394.441,0	39.799,1	34.369,8	318.856,3	2.406.098,8	1.868.196,5	512.153,0	196.958,9	189.700,1	305.976,2
Ministério da Integração Nacional	1.814.125,8	548.922,1	22.685,2	13.424,7	394.047,0	1.801.845,8	646.891,7	134.711,1	6.770,7	4.353,0	239.119,9
Ministério do Turismo	879.929,1	377.949,1	210,4	210,2	91.617,8	1.346.698,0	251.304,0	83.735,2	303,8	303,8	110.812,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	215.710,4	74.313,4	23.601,4	23.601,4	21.504,2	232.938,0	123.527,8	3.660,4	181,2	181,2	35.606,3
Ministério das Cidades	2.284.964,3	751.306,3	19.047,1	19.020,4	178.941,6	3.223.483,8	1.174.952,5	66.687,3	9.259,7	8.329,8	257.497,1
<b>TOTAL</b>	<b>21.700.849,1</b>	<b>5.936.518,1</b>	<b>693.817,1</b>	<b>605.071,5</b>	<b>4.074.090,9</b>	<b>27.305.559,2</b>	<b>16.367.567,1</b>	<b>4.948.634,0</b>	<b>1.228.256,8</b>	<b>1.048.155,3</b>	<b>4.628.303,7</b>

Dados preliminares.

 \* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

<sup>1</sup> Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

**TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2006/2007 \***

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total
CAMARA DOS DEPUTADOS	123.664.800	4.478.247	3.056.625	3.053.882	4.952.913	8.006.794	115.085.000	5.113.933	1.082.052	736.536	12.449.156	13.185.691
SENADO FEDERAL	104.483.700	15.596.189	1.030.265	1.030.265	8.452.421	9.482.687	126.845.615	12.947.375	2.786.249	2.785.865	13.608.397	16.394.262
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	1.262.869	156.229	156.229	1.360.705	1.516.935	53.646.711	3.607.161	937.145	937.145	3.414.149	4.351.294
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	17.349.146	1.668.970	803.511	803.511	12.991.559	13.795.071	61.489.308	19.191.153	1.762.035	1.609.001	14.522.457	16.131.458
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	13.405.200	478.467	40.492	40.492	6.691.563	6.732.055	8.999.577	1.918.692	89.290	88.781	3.405.755	3.494.536
JUSTICA FEDERAL	231.029.226	129.372.686	89.198.796	89.128.917	80.387.605	169.516.521	266.763.097	232.801.658	125.457.618	125.086.513	102.905.050	227.991.563
JUSTICA MILITAR	6.445.770	134.978	57.154	57.154	1.373.833	1.430.987	7.585.301	447.418	263.018	259.274	2.109.230	2.368.504
JUSTICA ELEITORAL	156.971.265	54.852.837	1.626.630	1.545.354	60.768.340	62.313.694	179.537.638	83.073.263	5.751.827	5.523.487	40.459.048	45.982.535
JUSTICA DO TRABALHO	205.667.946	37.748.606	8.785.350	8.651.749	124.417.564	133.069.314	212.114.031	30.104.619	8.874.890	8.604.452	84.659.396	93.263.848
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	39.292.500	8.726.694	6.470.751	6.435.217	20.580.317	27.015.534	45.918.000	2.308.519	957.247	957.247	13.663.516	14.620.762
PRESIDENCIA DA REPUBLICA 3	136.627.244	22.257.293	9.024.680	15.541.879	25.560.893	41.102.772	690.016.536	14.622.756	2.579.308	4.774.709	37.987.057	42.761.765
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	115.554.562	7.614.449	1.898.934	390.076	4.589.211	4.979.286	56.420.452	1.934.587	175.321	191.252	128.598.524	128.789.776
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	442.448.702	142.733.386	11.120.129	18.102.657	141.021.832	159.124.488	545.121.006	18.521.653	9.532.790	13.574.386	120.569.331	134.143.718
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.074.933.711	127.343.580	24.330.614	23.333.091	77.735.062	101.068.152	1.039.366.794	239.343.045	73.394.054	86.402.152	209.690.947	296.093.099
MINISTERIO DA FAZENDA 4	515.516.345	22.924.392	9.312.391	13.157.495	94.210.296	107.367.791	82.757.144	16.626.612	6.925.806	7.498.047	147.320.070	154.818.116
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.205.043.614	144.642.233	24.605.688	35.747.734	487.060.091	522.807.825	1.843.156.520	129.147.781	46.900.178	63.867.317	521.536.538	585.403.856
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	104.340.597	938.374	1.239.957	19.121.570	20.361.527	20.361.527	106.059.102	796.966	302.558	12.229.310	14.327.947	26.557.257
MINISTERIO DA JUSTICA	760.370.441	40.034.224	7.444.978	43.646.216	96.009.054	139.655.269	1.009.617.943	266.821.101	116.214.908	118.433.789	173.055.361	291.489.150
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	115.502.675	1.556.526	778.492	1.448.997	4.188.993	5.637.990	47.964.266	3.355.039	726.008	1.094.393	13.434.281	14.528.675
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	314.986.183	12.267.114	18.055	4.499	43.978.782	43.983.281	45.800.000	9.701.115	821.475	1.296.096	66.410.397	67.706.493
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	149.163.189	8.295.840	1.691.870	1.671.142	51.208.910	52.880.052	301.972.384	24.651.625	3.334.579	3.058.615	67.438.816	70.497.431
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	2.949.843	2.579.416	2.768.387	2.631.129	5.399.516	42.159.236	4.783.681	4.097.700	4.107.840	5.936.895	10.044.734
MINISTERIO DA SAUDE	3.297.792.030	1.091.769.693	51.976.169	78.706.588	703.435.879	782.142.467	3.821.085.292	160.460.936	47.927.826	72.801.789	675.468.829	748.270.619
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	38.808.954	9.385.953	4.282.729	5.797.228	4.055.495	9.852.723	64.485.893	19.617.299	2.844.189	3.483.600	7.650.486	11.134.087
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	5.980.071.049	1.678.247.506	167.861.845	141.574.353	1.218.288.481	1.359.862.834	7.615.400.787	3.387.030.051	468.449.400	385.743.501	1.510.067.315	1.895.810.817
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	110.035.594	4.421.013	4.260.475	2.730.767	15.576.480	18.307.248	174.365.323	7.313.021	591.016	587.046	9.501.729	10.088.775
MINISTERIO DA CULTURA	131.338.311	54.921.827	3.376.787	2.635.497	23.268.122	25.903.619	243.969.226	43.281.366	483.081	806.433	34.813.895	35.620.329
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	132.272.167	24.883.369	5.446.857	8.181.540	20.798.418	28.979.958	96.750.215	1.390.302	454.880	3.801.898	15.208.536	19.010.434
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.845.919.350	760.580.812	352.948.363	366.020.165	91.526.792	457.546.957	1.826.915.906	604.052.355	385.948.002	405.427.367	132.049.863	537.477.230
MINISTERIO DO ESPORTE	530.403.496	337.601.545	30.602.062	38.020.875	65.473.620	103.494.495	604.468.494	200.654.537	124.564.806	134.108.856	109.219.880	243.328.735
MINISTERIO DA DEFESA	2.314.066.194	649.352.927	237.099.077	263.708.909	405.155.400	668.864.310	2.833.189.562	877.793.278	225.835.656	224.404.195	476.401.425	700.805.620
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.865.587.272	593.066.843	25.478.747	104.140.451	360.521.316	464.661.766	2.221.511.788	319.925.096	64.264.860	140.268.200	205.191.390	345.459.590
MINISTERIO DO TURISMO	1.309.929.071	802.948.106	210.422	1.420.163	90.367.811	91.787.973	1.346.698.000	83.735.220	303.835	28.916.960	105.158.505	134.075.465
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	216.610.284	74.313.395	23.601.436	26.197.696	16.921.476	43.119.172	233.536.470	3.660.374	181.184	26.794.797	9.115.326	35.910.123
MINISTERIO DAS CIDADES	3.286.983.086	1.688.056.524	34.895.525	70.737.511	247.322.760	318.060.271	3.333.777.523	154.758.586	9.241.710	33.079.056	330.455.083	363.534.139
<b>TOTAL</b>	<b>26.971.202.508</b>	<b>8.574.003.713</b>	<b>1.147.009.919</b>	<b>1.377.826.644</b>	<b>4.632.004.692</b>	<b>6.009.831.336</b>	<b>31.304.550.140</b>	<b>6.985.492.171</b>	<b>1.744.056.503</b>	<b>1.923.339.903</b>	<b>5.417.804.580</b>	<b>7.341.144.483</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁴ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.





TESOURO NACIONAL

# FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XII - nº 6

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

### Junho / 2007

#### Comentários

Em Junho de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 2,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.000.137,9 (mil), em Junho de 2007, contra R\$ 5.873.435,1 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116/3173. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

#### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Jun / 2007	Jun / 2007	Jan a Jun / 2007
							Mai / 2007	Jun / 2006	Jan a Jun / 2006
FPM	2.708.977,0	2.636.321,2	15.025.082,0	3.003.461,2	3.068.252,5	16.888.212,6	2,2 %	16,4 %	12,4 %
FPE	2.587.602,2	2.518.201,7	14.351.886,0	2.869.973,9	2.931.885,5	16.135.636,2	2,2 %	16,4 %	12,4 %
IPI	161.410,0	187.564,4	1.059.566,3	198.394,1	211.297,5	1.180.829,2	6,5 %	12,7 %	11,4 %

#### Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Junho de 2007 foram efetuados nos dias dias 8, 20 e 29. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Junho	1,0 %	2,2 %	1,0 %	2,2 %	5,0 %	6,5 %

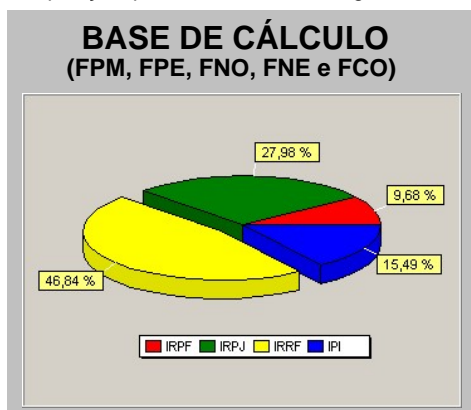
#### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	jul/jun	ago/jul	set/ago
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-26,0 %	5,0 %	-5,0 %
IPI-EXP	-6,0 %	-3,0 %	22,0 %

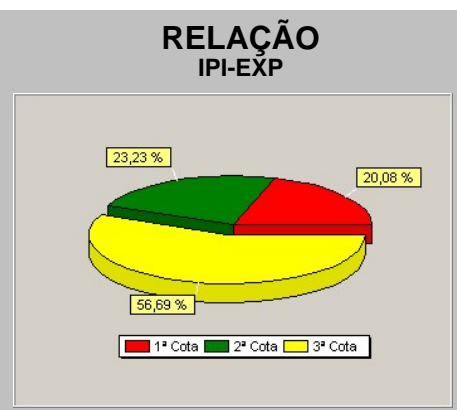
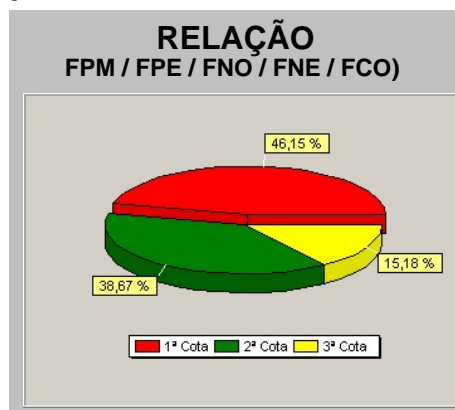
#### Composição dos Fundos

Em Junho de 2007 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



#### Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/05/2007 a 20/06/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Mai/3º DEC	509.000,3	7.042.592,7	7.551.593,1	Jun/1º DEC	1.353.102	1.416.037	42.420,1	2.811.559,1
Jun/1º DEC	589.012,9	5.737.975,9	6.326.988,9	Jun/2º DEC	1.133.676,2	1.186.405,3	49.088,3	2.369.169,9
Jun/2º DEC	1.437.353,2	1.046.563,9	2.483.917,2	Jun/3º DEC	445.070,8	465.771,7	119.789	1.030.631,5
TOTAL	2.535.366,5	13.827.132,6	16.362.499,1	TOTAL	2.931.849	3.068.214	211.297,4	6.211.360,4
Jun/3º DEC	634.811,4	6.601.549,4	7.236.360,8	Jul/1º DEC	1.296.618,4	1.356.926,2	52.905,2	2.706.449,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
Acre	AC	16.195	100.300	34
Alagoas	AL	73.070	121.969	624
Amazonas	AM	42.233	81.811	5.636
Amapá	AP	10.489	100.036	200
Bahia	BA	277.094	275.486	16.529
Ceará	CE	160.400	215.110	1.953
Distrito Federal	DF	6.224	20.236	132
Espírito Santo	ES	53.337	43.978	9.579
Goiás	GO	110.745	83.356	2.157
Maranhão	MA	128.087	211.629	2.210
Minas Gerais	MG	402.885	130.601	24.241
Mato Grosso do Sul	MS	45.283	39.053	1.435
Mato Grosso	MT	56.528	67.665	1.963
Pará	PA	110.956	179.197	8.579
Paraíba	PB	99.185	140.405	555
Pernambuco	PE	148.289	202.306	1.551
Piauí	PI	81.373	126.698	61
Paraná	PR	208.691	84.532	21.409
Rio de Janeiro	RJ	89.718	44.790	27.584
Rio Grande do Norte	RN	76.150	122.491	745
Rondônia	RO	27.985	82.550	324
Roraima	RR	18.813	72.731	15
Rio Grande do Sul	RS	204.413	69.040	25.856
Santa Catarina	SC	118.823	37.522	15.504
Sergipe	SE	43.493	121.829	111
São Paulo	SP	410.642	29.319	42.259
Tocantins	TO	47.153	127.244	52
Total		3.068.252	2.931.885	211.297

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Setembro	2006	24/10/2006
Outubro	2006	24/11/2006
Novembro	2006	20/12/2006
Dezembro	2006	13/02/2007
Janeiro	2007	05/03/2007
Fevereiro	2007	02/04/2007
Maio	2007	16/07/2007

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3173 - Fax: (61)3412-1580  
E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)



TESOURO NACIONAL

# FUNDEB

## Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano I - nº 6

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Junho / 2007

### Comportamento no Mês

Em Junho de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 3.871.260,0 (mil), contra R\$ 4.116.513,4 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -6,0% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -9,8% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Origens	R\$ Mil				
	Maio	Participação	Junho	Participação	Jun / Mai
FPM	600.404	14,6 %	613.356	15,8 %	2,2 %
FPE	573.719	13,9 %	586.096	15,1 %	2,2 %
IPI-EXP	39.660	1,0 %	42.239	1,1 %	6,5 %
LC 87/96	0	0,0 %	0	0,0 %	0,0 %
ITR	294	0,0 %	217	0,0 %	-26,4 %
COMPL. UNIÃO	200.000	4,8 %	198.940	5,1 %	-0,5 %
IPVA	63.003	1,5 %	48.748	1,2 %	-22,6 %
ITCMD	5.853	0,1 %	4.821	0,1 %	-17,6 %
ICMS	2.633.580	64,0 %	2.376.842	61,4 %	-9,8 %
<b>TOTAL</b>	<b>4.116.513,4</b>	<b>100,0 %</b>	<b>3.871.260,0</b>	<b>100,0 %</b>	<b>-6,0 %</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

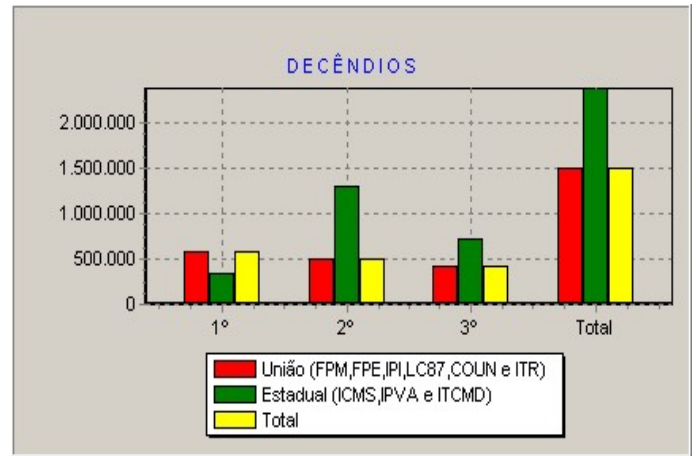
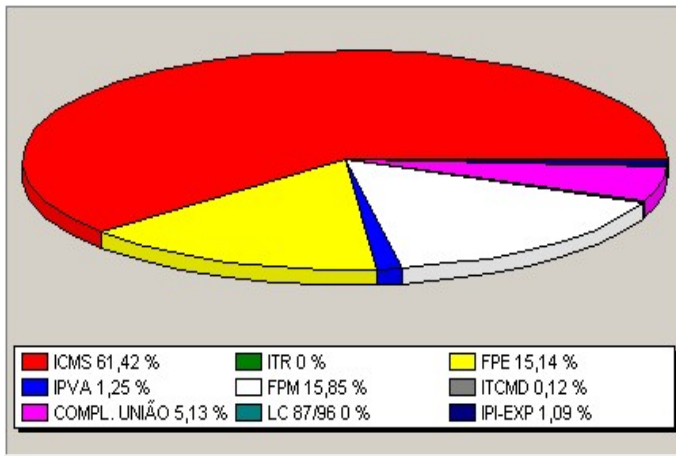
As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundeb@mec.gov.br](mailto:fundeb@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:  
Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

## Dúvidas sobre o FUNDEB

## FUNDEB Brasil por Origem

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEB TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



## Distribuição do FUNDEB por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS									FUNDEB Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	C. União	LC 87/96	ICMS	ITR	IPVA	ITCMD		No mês	Até o mês
Acre	146.626	20.050	3.237	7	0	0	4.803	1	33	1	28.132	191,9	1.035,8
Alagoas	674.321	24.382	14.607	125	9.634	0	16.814	1	440	11	66.014	97,9	519,6
Amapá	127.625	19.998	2.097	40	0	0	642	0,08	127	0,2	22.904	179,5	1.096,1
Amazonas	745.772	16.354	8.442	1.127	0	0	37.106	1	536	4	63.571	85,2	548,9
Bahia	2.782.645	55.071	55.392	3.304	39.198	0	106.850	13	2.644	85	262.558	94,4	497,9
Ceará	1.531.674	43.001	32.065	390	28.079	0	47.175	3	1.714	62	152.489	99,6	523,0
Distrito Federal	300.965	4.045	1.244	26	0	0	0	1	0	0	5.317	17,7	93,6
Espírito Santo	497.527	8.791	10.662	1.915	0	0	60.062	2	1.680	75	83.188	167,2	1.002,2
Goiás	888.973	16.663	22.138	431	0	0	73.097	18	1.736	265	114.349	128,6	722,8
Maranhão	1.447.560	42.306	25.605	442	57.544	0	25.613	4	366	7	151.886	104,9	517,2
Mato Grosso	565.348	13.526	11.300	392	0	0	46.771	27	1.379	31	73.427	129,9	697,0
Mato Grosso do Sul	396.990	7.807	9.052	287	0	0	46.515	18	375	201	64.254	161,8	939,3
Minas Gerais	3.176.706	26.108	80.538	4.846	0	0	256.152	23	2.788	572	371.026	116,8	691,0
Paraná	1.527.232	16.898	41.718	4.280	0	0	124.041	19	3.734	399	191.089	125,1	732,1
Paraíba	745.405	28.068	19.827	111	1.637	0	23.185	1	488	78	73.395	98,5	536,8
Pará	1.533.369	35.822	22.180	1.715	49.191	0	38.112	7	845	30	147.903	96,5	540,8
Pernambuco	1.493.544	40.442	29.644	310	3.664	0	72.279	3	2.481	78	148.900	99,7	552,7
Piauí	639.212	25.328	16.267	12	9.994	0	15.365	3	350	0	67.318	105,3	551,7
Rio Grande do Norte	522.335	24.486	15.223	149	0	0	26.971	3	895	0	67.727	129,7	709,9
Rio Grande do Sul	1.503.203	13.801	40.863	5.169	0	0	168.956	23	5.993	355	235.159	156,4	901,9
Rio de Janeiro	2.005.935	8.954	17.935	5.514	0	0	204.149	5	0	0	236.557	117,9	692,4
Rondônia	295.378	16.502	5.594	65	0	0	21.027	2	325	7	43.521	147,3	838,6
Roraima	79.194	14.539	3.761	3	0	0	3.482	0,32	0	0	21.785	275,1	1.442,1
Santa Catarina	868.134	7.501	23.753	3.099	0	0	94.620	6	3.016	247	132.242	152,3	879,0
Sergipe	368.317	24.354	8.694	22	0	0	13.701	1	269	19	47.061	127,8	741,9
São Paulo	5.094.240	5.861	82.089	8.448	0	0	838.365	26	16.035	2.287	953.111	187,1	1.138,9
Tocantins	260.218	25.437	9.426	10	0	0	10.988	5	501	9	46.377	178,2	917,1
<b>Total</b>	<b>30.218.448</b>	<b>586.095</b>	<b>613.355</b>	<b>42.239</b>	<b>198.940</b>	<b>0</b>	<b>2.376.842</b>	<b>216</b>	<b>48.748</b>	<b>4.821</b>	<b>3.871.258</b>	<b>128,1</b>	<b>734,6</b>

Fonte: SIAFI

1. Número de matrículas, conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

## Complementação da União

Conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

R\$ 1.000,00

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
<b>TOTAL</b>			<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED  
Fone: (61)3412-3116  
E-mail: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)